

GEOGRAFIA DOS VOTOS NULOS E BRANCOS NAS ELEIÇÕES DE
1962 E 1974 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Marina Sant'Anna
Lucy Freire

ABSTRACT

The purpose of this paper is to identify correlates of and analyze variations in null and blank votes rates in the State of Rio de Janeiro across elections held under two different political regimes: the first, in 1962, took place during a period characterized by political institutions and practices which closely resembled those of political pluralism and the second in 1974 under an authoritarian regime.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS E REFERENCIAL TEÓRICO

Duas questões fundamentais têm orientado a teorização e a pesquisa do comportamento eleitoral. A primeira é quem vota e quem se abstém? A segunda é por que os indivíduos votam desta ou daquela maneira?

A grosso modo é possível distinguir-se três escolas básicas de pensamento - a sociológica, a psicológica e a racional - as quais partindo de princípios básicos distintos, privilegiaram aspectos diferentes oferecendo, portanto, soluções alternativas para estas duas indagações básicas. Abordar estas questões através de três formas diferentes de pensamento pode conduzir à uma idéia errada de que as três abordagens são competidoras e excludentes. Em outros termos, ou se adota um argumento sociológico ou um psicológico, ou ainda um racional. Na verdade, tomar as três abordagens como complementares é muito mais vantajoso e abrangente, pois cada uma apresenta a sua contribuição para identificação de quem vota e para a explicação do porque as pessoas votam de maneira que votam.

No que diz respeito às eleições no Brasil, a primeira questão pode parecer à primeira vista improcedente, pois há cerca de cinco décadas que a compulsoriedade de alistamento e do voto atinge a maioria dos homens alfabetizados com mais de dezoito anos, tendo atingido praticamente a maioria dos cidadãos brasileiros maiores de idade com a extensão, através do Código Eleitoral promulgado em 1965 da obrigatoriedade do alistamento e do voto a todas as mulheres adultas alfabetizadas e não somente aquelas que exercem alguma atividade remunerada.

Quanto a segunda questão fundamental que tem orientado toda a teorização e pesquisa sobre comportamento eleitoral, isto é, de que forma as pessoas votam, é perfeitamente pertinente em qualquer estrutura política onde o sistema eleitoral é adotado e portanto no Brasil também. A análise das estatísticas eleitorais revela que, a grosso modo, a resposta a esta indagação tem duas alternativas. Uma é que o indivíduo vota de forma válida, isto é, indica um nome para cada um dos cargos em disputa. A outra é que o cidadão vota de forma inválida, ou seja, deixa o seu voto em branco ou tem o seu voto anulado, segundo critérios estabelecidos pela legislação eleitoral em vigor na época das eleições(1). Como afirma Marinho (1966) "obrigado a votar, o cidadão não é compelido entre tanto ao ato de escolher".

A identificação exata porém da razão ou razões dos votos inválidos é muito difícil de se conseguir, segundo Milton (1978). Primeiro porque a seleção dentro do eleitorado de um efetivo de indivíduos que votou em branco ou anulou o seu voto é inviável. O máximo que se pode obter é dentro de uma amostra geral do eleitorado encontrar-se um certo percentual de votos em branco ou nulos o que obviamente é insuficiente para se chegar a uma conclusão definitiva dos fatores causais dos votos nulos e brancos. Acresce ainda que nem todos os indivíduos declaram nos inquéritos, a priori ou a posteriori, da eleição o voto em branco ou o nulo, provavelmente porque foi involuntário por esquecimento ou despreparo, do que nem se dão conta ou porque quando intencional, receiam a cobrança de uma participação mais efetiva por parte da comunidade (Lipset, 1963 e Lamounier, 1980). Em decorrência, a maior parte dos estudos sobre votos nulos ou brancos é realizada a partir de dados agregados dos quais inferir motivações específicas é tarefa das mais delicadas (Souza, 1976).

A observação empírica da realidade e os resultados de trabalhos como o de Stiefbold (1965) demonstram, no entanto, que os votos nulos e brancos não são um fenômeno aleatório, mas antes pelo contrário sistemático, logo viável de análise científica. Para demonstrar isto é necessário desenvolver certa reflexão teórica sobre o comportamento dos eleitores diante do processo eleitoral.

O esquema proposto por Downs (1957) na sua teoria micro-econômica do voto é extremamente útil para desenvolver o ponto de vista de que o voto nulo ou branco pode ser, quando não involuntário, uma forma de abstenção racional. Diante de um processo eleitoral, mesmo que num sistema compulsório, o cidadão se vê diante do dilema de comparecer ou não às urnas. Segundo Downs (1957) este processo de decisão de comparecer ou não às eleições é desenvolvido por um homem racional(2) no sentido econômico do termo "da mesma forma que ele toma todas as suas outras decisões: se os benefícios superam os custos, ele comparece, se não ele

se abstém". Ainda que uma avaliação da relação custo-benefício do ato de votar seja muito difícil, em decorrência de toda a sua complexidade (Milton, 1978) fica patente que o cidadão que comparece às eleições julgou a pendência a favor dos benefícios. Milton (1978) adota e leva mais adiante ainda a idéia de Downs, afirmando que o eleitor quando já dentro da cabine eleitoral passa por um processo de múltiplas decisões de mecânica semelhante ao do comparecimento, quando tem que decidir se vota ou não em cada posto em jogo. Ou seja, para cada opção da cédula, ele desenvolve uma análise da relação custo-benefício da indicação de determinado nome, caso os benefícios excedam os custos, ele concretiza a indicação, caso contrário, ele deixa em branco ou anula o seu voto. Em outras palavras, diante de uma eleição, o cidadão pode vivenciar um ou dois momentos de decisão, dependendo do resultado de sua avaliação da relação custo-benefí—cio do processo de votar. O primeiro quando ele está decidindo se comparece ou não às urnas. Assim, os custos do comparecimento são cotejados com os benefícios e se os primeiros excedem os últimos, ele se abstém de votar, caso contrário, ele comparece. O segundo quando tendo resolvido comparecer, ele tem que resolver de que forma vai votar. Neste caso, a relação custo-benefício da indicação de cada um dos candidatos a determinado cargo é avaliada pelo eleitor e caso algum deles apresente um retorno menor do que o do investimento feito no ato de votar, a opção racional é deixar o voto para aquele cargo em branco ou anulá-lo. Em suma, toda a mecânica do processo eleitoral está essencialmente baseada na avaliação do eleitor das relações de custo-benefício.

Os custos que o eleitor tem nos dois momentos de decisão são qualitativamente semelhantes, mas quantitativamente diferentes, isto é, no segundo momento de decisão, ele tem além dos custos iniciais comuns ao comparecimento e ao ato de votar alguns outros adicionais. De maneira geral os custos iniciais são de dois tipos. Os primeiros são os custos diretos (Bonar, 1980), isto é, tempo que despense para ir votar e despesas com o deslocamento (transporte) e eventual necessidade de aquisição de refeições. Este tipo de custo obviamente varia de intensidade, isto é, é menor ou maior em função da distância da residência do eleitor dos postos eleitorais, distância esta que pode ser maior ou menor dependendo da organização da eleição. Casos as cabines tenham sido distribuídas espacialmente de maneira uniforme, estes custos são minizados, caso contrário, eles podem aumentar. O segundo tipo é o custo da informação indispensável para se formar decisões racionais que segundo Downs (1957) é muito alto (Milton, 1978). De maneira geral, a maior ou menor intensidade deste custo dependerá do nível de escolaridade do eleitor, do número de redes sociais a que ele pertence (Santos, 1979) que amplia a perspectiva de sua visão e do esquema utilizado na difusão das informações. De maneira particular, o cidadão necessita informações primeiramente sobre as questões partidárias para ver se elas coincidem com os seus interesses e objetivos.

O custo desta informação será tanto maior quanto menor for a explicitação das diretrizes pelos partidos e vice-versa. Em segundo lugar, o indivíduo necessita conhecer os candidatos para ver qual aquele que lhe pode dar maior renda utilitária no próximo período eleitoral (Downs, 1957). O custo desta informação está ligado ao posto que está em jogo, pois quanto mais importante for o cargo, mais informado sobre ele o eleitor está, pois maior espaço da "mídia" é devotada aos postos mais importantes. Desta forma, o custo de formar opinião ou obter informes sobre o mérito dos candidatos de postos mais elevados é mais baixo, uma vez que regra geral o número de candidatos para estes cargos é mais reduzido, razão pela qual a imprensa, o rádio e a TV e os próprios partidos podem ser mais ativos na distribuição de informações, o que não acontece por exemplo com os deputados, seja estadual como federal, onde o número de candidatos é enorme e a distribuição minuciosa de informação sobre todos seria difícil (Milton, 1978 e Arcellus, 1976). Em decorrência, há uma tendência para o maior custo no voto para deputado federal e estadual e menor para senador, governador e presidente. Em terceiro lugar, as pessoas necessitam saber algo também sobre a lisura do processo eleitoral para que tenham a certeza de que seu voto não será fraudado, o que aumenta seu interesse e fortalece sua fé de que seu voto será contado (Millbraith e Goell, 1965). Os custos da obtenção deste tipo de informação depende obviamente da liberdade na difusão das informações não só sobre as eleições, mas também sobre todo quadro político.

A estes custos iniciais somam-se alguns outros custos adicionais quando o indivíduo está no segundo momento de decisão já dentro da cabine. Regra geral, estes custos adicionais do ato de votar propriamente dito e que alguns autores como Downs consideram mínimos estão ligados ao tipo e a aspectos da estrutura da cédula eleitoral(3). Quando a cédula é do tipo individual, onde já vem impresso em cada uma o tipo de eleição, a legenda do partido, o nome ou o número de registro do candidato, a probabilidade de erro é bastante minimizada, pois o eleitor pode trazer os seus votos prontos, tendo que somente colocá-los nos envelopes dados pela mesa apuradora e enfiá-los nas urnas. Quando porém a cédula é do tipo oficial-única, em que o eleitor tem que escrever já dentro da cabine o nome ou o número do candidato e a legenda do partido, as probabilidades de erro aumentam, levando a anulação do voto ou a possibilidade de ficar em branco.

No que diz respeito à estrutura, o primeiro aspecto que pode interferir na direção do voto é a sua extensão, ou seja uma amplitude de muito grande de escolha a ser feita, o que pode acarretar o que é chamado de fadiga do eleitor. Este aspecto, segundo a literatura específica disponível praticamente não existe no Brasil, pois o número de opções a ser feito em cada eleição tem sido bastante razoável, especialmente nos períodos sob análise, não chegando a situações como a que ocorreu no Es-

tado da Califórnia, nos Estados Unidos em 1914, onde o eleitor teve que se defrontar com uma cédula de quarenta e oito escolhas, dado que naquele país uma parte dos cargos públicos são eletivos (Key e Crouch, 1939). O segundo aspecto da estrutura da cédula eleitoral que pode interferir com os custos está ligado ao mecanismo de preenchimento da mesma. Se houver necessidade de se colocar nome ou número do candidato e a sua legenda, o custo de cada escolha é maior do que quando é permitido colocar-se somente a legenda o que obviamente tende a reduzir o número de votos nulos e brancos. Por outro lado, se houver qualquer processo de vinculação, o custo do voto pode aumentar ou diminuir. Pode aumentar porque certos eleitores tem maior dificuldade de escolher os seus candidatos dentro do mesmo partido, uma vez que sua escolha é mais orientada por características pessoais dos candidatos do que por ideologias partidárias, o que os leva a deixar o voto em branco ou anulá-lo por erro ao colocar indicação para candidatos de partidos diferentes. No segundo caso, porque determinado tipo de eleitor vota mais condicionado pelas diretrizes do partido, o que facilita a escolha de candidato de um mesmo partido e portanto reduz o número de votos brancos e nulos. Numa pesquisa de dez estados que modificaram suas cédulas do sistema vinculado para o livre, Walker (1966) identificou aumentos significativos de votos nulos e brancos após a mudança. No Brasil, no entanto, como a introdução da vinculação é ainda relativamente recente, poucos estudos ainda foram feitos e qualquer conclusão sobre o assunto é prematura e portanto perigosa. O terceiro aspecto da cédula que pode aumentar ou diminuir os custos do voto decorre do sistema de voto, isto é, se ele é feito em cédula única ou através de cédulas individuais. A utilização da cédula única aumenta o custo do voto, pois exige que o eleitor escreva o nome, número ou legenda ao contrário do uso de cédulas individuais, onde o eleitor só tem que colocar as cédulas já impressas pelos partidos ou candidatos dentro de um envelope.

Já o elenco de benefícios que o eleitor percebe quando decide participar é praticamente o mesmo nos dois momentos de decisão. O primeiro é um tipo de benefício direto, ou seja, o eleitor não tem que pagar multa nem desenvolver nenhum processo burocrático para justificar a sua ausência das urnas. O segundo advém da satisfação de poder indicar o partido, cujas diretrizes ele se identifica mais (Arcellus, 1976). O terceiro se constitui na perspectiva de indicar um candidato que virá a defender os seus interesses ou até eventualmente propiciar-lhe alguma vantagem econômica ou social (Milton, 1978). O quarto compreende a sensação de ter cumprido com o seu dever cívico (Bonar, 1980). O quinto advém do sentimento de que a ação política individual tem ou pode ter um impacto sobre o processo político, em outras palavras, que vale a pena desenvolver um dever cívico ainda que seu voto seja somente um entre milhões (Campbell et al, 1954). É a sensação de que uma mudança política e social é possível e que a ação individual pode ajudar a produzir tal mudança, isto é, que alguém é capaz de influenciar o processo da decisão pública (Bonar, 1980).

A partir do acima exposto é perfeitamente possível identificar as diversas modalidades de comportamento que conduzem aos diversos tipos de votos. No caso do voto válido, ele é sempre fruto de uma modalidade de comportamento intencional. O eleitor avalia as vantagens e desvantagens de votar e resolve a pendência a favor resolução esta que é concretizada pela indicação de um determinado candidato ou partido.

Os votos inválidos, no entanto, podem decorrer a grosso modo de duas modalidades de comportamento: uma involuntária e outra intencional. No primeiro caso, os votos inválidos decorrem do despreparo geral, desinformação ou desconhecimento do processo eleitoral, ou ainda por erro propriamente dito, seja pela confusão de nomes ou de números ou coisas semelhantes. No segundo caso, isto é, quando o voto inválido é intencional, ele pode decorrer primeiramente de um desinteresse verdadeiro pela realidade política. Tingsten (1963) demonstra claramente no seu trabalho sobre comportamento político que a votação compulsória envolve a mobilização eleitoral de alguns cidadãos desinteressados e apolíticos o que resulta no aumento dos votos inválidos. Em suma, este tipo de eleitor só comparece às urnas por obrigação, pois não tem interesse nenhum no processo nem acredita que um voto só possa contribuir para alguma mudança. Em segundo lugar, o voto inválido pode decorrer de um interesse pelo quadro político que leva o eleitor a um processo de avaliação das vantagens e desvantagens de votar e cujo resultado o conduz a convicção da superioridade das últimas sobre as primeiras. Este processo de avaliação, no entanto, pode ser desenvolvido com base em dois tipos de raciocínio, o que dá dois significados diferentes aos votos nulos e brancos decorrentes do comportamento intencional interessado. O primeiro significado é o de protesto e decorre do pensamento do eleitor de que o voto não é só uma maneira de participar da indicação de um representante de seus interesses, mas muito mais uma forma de legitimar o governo e seus líderes. Em função disto, quando o eleitor não concorda com as práticas do regime político vigente, ele considera desvantagem votar validamente só para participar do processo, uma vez que desta forma estaria legitimado um regime com o qual ele não deseja compactuar. O segundo significado é o da impossibilidade de uma escolha verdadeira (Milton, 1978) e decorre do raciocínio de que o voto é somente uma forma de participar da indicação de um representante de seus interesses. Em decorrência quando o eleitor não encontra pelas mais diversas razões um candidato ou partido que não atende às suas aspirações, ele considera desvantagem votar, pois não vai obter o retorno esperado, preferindo assim anular o seu voto ou deixá-lo em branco. Em suma, quando não involuntário o voto nulo e branco é uma forma de abstenção racional, seja por desinteresse ou por não encontrar alternativa que lhe satisfaça.

Em nenhum momento porém na sua teoria Downs (1957) insinua que os indivíduos que se defrontam com este impasse, ou seja comparecer ou não à eleição, tenham em mente sob análise os mesmos custos e benefícios (Milton, 1978). Na verdade, a conceituação do que é custo ou benefício depende da escala de valores de cada pessoa, escala esta condicionada por fatores culturais, sociais, econômicos, históricos, demográficos, psicológicos, etc. Desta maneira o que é benefício para um eleitor pode não ser para o outro, da mesma forma que o que é custo para um cidadão pode não ser para o outro. Assim é perfeitamente possível que na avaliação de um candidato, um eleitor considere os custos de votar no mesmo maiores do que os benefícios e anule ou deixe em branco o seu voto, enquanto outro ratifique a indicação do postulante para o cargo através de um voto válido, por considerar os benefícios de tal indicação superiores aos custos. Em resumo as causas do comparecimento comparada com as causas dos votos nulos e brancos são qualitativamente, mas não quantitativamente as mesmas. Em outras palavras, o processo de decisão que o cidadão vive quando examina se vai ou não às urnas é repetido para cada opção na cédula. Assim, os votos nulos e brancos podem ser explicados a partir da teoria da abstenção racional pelas mesmas variáveis sócio-econômicas que prevêm o comparecimento pois são elas que condicionam a escala de valores dos eleitores e, portanto, a sua conceituação de custo e benefício.

OBJETIVO

Já há muito tempo diversos pesquisadores vem sugerindo que o estudo das estatísticas eleitorais tem muito valor para a geografia política e social (Hartshorne, 1950 e Goblet, 1955). Poucos porém tem utilizado este material, provavelmente por falta de uma definição mais precisa do que vem a ser geografia eleitoral. O estudo mais antigo que se tem notícia é o de E. Krehel em 1916. Este estudo pioneiro foi seguido por alguns outros trabalhos desenvolvidos não só nos Estados Unidos e na Inglaterra, mas especialmente após a Segunda Guerra Mundial na França (Prescott, 1959). Dentre estes últimos destaca-se o de Billet (1958), porque é o primeiro que tenta definir o papel do geógrafo na geografia eleitoral. Além de esclarecer que não é função do geógrafo explicar, catalogar ou formular leis sobre os resultados eleitorais, ele acrescenta que a principal tarefa do geógrafo é identificar os fatores econômicos, históricos, sociológicos, políticos, psicológicos e demográficos que provavelmente modelam a escala de valores do eleitorado e, por conseguinte, os resultados da avaliação da relação de custo e benefício do ato de votar. Embora não sendo determinista, ele afirma que a atmosfera sócio-econômica na qual o indivíduo é criado modela suas predileções políticas e, portanto, o seu modo de votar. Estudos posteriores mais recentes, como por exemplo os de Milton (1978), Platler (1976) e Bonar (1980) nos Estados Unidos; Ferreira

(1960, 1964), Lamounier (1978), Simão (1956), Farias (1978) e De Cew (1977) no Brasil, e Gaspar (1976) em Portugal confirmam este pensamento, embora haja um certo consenso de que estes condicionamentos não se exerçam de maneira rígida sobre os resultados eleitorais.

Assim sendo, o objetivo deste trabalho é em primeiro lugar analisar o padrão de distribuição espacial dos resultados eleitorais de votos nulos e brancos no conjunto das divisões territoriais que compõem o Estado do Rio de Janeiro, isto é, os municípios, em dois períodos eleitorais, 1962 e 1974 e a variação deste padrão de uma eleição para a outra. Em segundo lugar, tentar identificar os correlatos sócio-econômicos dos votos nulos e brancos, uma vez que de acordo com o exposto anteriormente, são eles os condicionantes da conceituação individual de custo e benefício dos eleitores que é a pedra de toque da mecânica da escolha eleitoral, constituindo-se portanto em última instância nos determinantes, ainda que não absolutos, como demonstram os resultados de algumas pesquisas acima citadas sobre comportamento eleitoral.

METODOLOGIA

Este trabalho é o segundo resultado de um estudo mais amplo sobre comportamento eleitoral no Estado do Rio de Janeiro. Em decorrência a metodologia adotada que pode ser caracterizada como uma investigação ex-post-facto desenvolvida através de dados agregados, foi a mesma do trabalho básico, já tendo sido explicitadas sua estrutura e justificativa no primeiro artigo que resultou desta investigação mais ampla, publicada no Anuário do IGEO-1981. A metodologia utilizada neste estudo foi desenvolvida em quatro etapas. A primeira constituiu-se na identificação dos padrões dos resultados de votos nulos e brancos ao longo da dimensão espacial das diferenças entre as várias áreas e da dimensão temporal da mudança entre os dois períodos sob análise. A segunda etapa compreendeu uma avaliação da variação desta distribuição no tempo e no espaço. A terceira etapa constituiu-se na identificação das possíveis correlações existentes, através de uma análise de correlação produto-momento de Pearson, entre a variação do percentual de votos nulos e brancos através dos municípios e os valores dos indicadores sócio-econômicos selecionados como fundamentais, segundo a conceituação teórica existente e a disponibilidade de dados. A quarta etapa foi composta pela explicação da variação no tempo e no espaço dos padrões de votos nulos e brancos observados no Estado através dos índices mais significativos obtidos na análise de correlação. Desta forma pretende-se demonstrar a que variável independente o fenômeno dos votos nulos e brancos está mais associada sem a pretensão, no entanto, de estabelecer alguma relação de causa e efeito.

A coleta de dados foi realizada nos registros oficiais da Justiça Eleitoral que é o órgão encarregado da guarda de tais informações.

ANÁLISE DOS DADOS

VARIAÇÃO NO TEMPO

Votos Nulos

A análise do quadro comparativo dos percentuais de votos nulos nas duas eleições sob análise revela, em primeiro lugar, que no território fluminense como um todo o número de votos anulados aumentou de 1962 para 1974.

TABELA I

VOTOS NULOS E VOTOS EM BRANCO COMPUTADOS NAS ELEIÇÕES
DE 1962 E 1974 EM CADA TIPO DE MANDATO

TIPO DE VOTO		VOTOS NULOS (%)		VOTOS EM BRANCO (%)	
Tipo de Mandato	ANO	1962	1974	1962	1974
	Deputado Federal		2.87	8.05	17.00
Senador		2.81	10.28	33.74	10.14
Governador		5.06	-	8.76	-
Deputado Estadual		3.16	7.14	9.79	12.18

Fonte: Dados Básicos do T.R.E. do RJ/Tratamento Estatístico:
Autores.

Os resultados obtidos na análise de correlação entre a ocorrência de votos nulos e as características sócio-econômicas-demográficas dos municípios parecem indicar claramente que a variação do montante de votos nulos de 1962 para 1974 se deve à presença de fatores causais diferentes em cada período. A correlação praticamente inexistente das variáveis selecionadas com os votos nulos em 1962, dado que a maior parte dos coeficientes obtidos sejam negativos como positivos estão próximos de zero em quase todos os níveis de mandato, leva a supor que a ocorrência do baixo percentual de votos nulos em 1962 pouco teve a ver com as características sócio-econômicas-demográficas da população, devendo portanto estar mais ligado a outro componente causal que suspeita-se ser, segundo a literatura específica disponível o clientelismo.

Tomando-se em consideração o referencial teórico anteriormente exposto de que a maneira de votar é determinada essencialmente pela avaliação do eleitor da relação de custo-benefício do ato de votar, entende-se perfeitamente porque a prática do clientelismo tende a reduzir o número de votos nulos, uma vez que privilegia os benefícios no julgamento da relação acima citada. Constituindo-se esta prática eminentemente num intercâmbio de favores entre cidadãos e candidatos/partidos (Diniz, 1982), o eleitor tem sempre a sensação da certeza absoluta do retorno (atendimen

to de seus interesses) de que ele espera do seu voto, isto é, de que o benefício é líquido e certo, razão pela qual empenha-se mais em depositar votos válidos, reduzindo assim o número de anulações. Não se pode porém esquecer que os diversos esquemas de controle do voto exercido pelos chefões na relação clientelista, como o de dar cédulas quando elas são individuais, praticamente na boca da urna, também contribuem para a redução de votos nulos. Acresce ainda que certos aspectos do processo eleitoral de 1962 favoreceram bastante a utilização da prática clientelista, ainda que na época, esta conduta política estivesse em declínio (Jaguaribe, 1962), enquanto que alguns esquemas do processo eleitoral utilizado em 1974 dificultaram nitidamente a aplicação do procedimento de patronagem. Assim, o uso em 1962 das cédulas individuais na votação proporcional, isto é, para deputado federal e deputado estadual, procedimento este que facilita extremamente o processo de cooptação, pois possibilita que o eleitor coloque na urna um "pacote" de cédulas que lhe é recomendado ou algumas vezes até praticamente dado pronto quase na boca da urna pelos candidatos ou partidos, obviamente em troca de alguma vantagem, deve ter contribuído muito para a redução do número de anulações em 1962, uma vez que a possibilidade de erros no ato de votar é minimizado, dada que o nome, número de registro e legenda dos candidatos já vem impressos nas cédulas. Em compensação a utilização da cédula única e a introdução do sistema de vinculação partidária dos votos para deputado federal e estadual, em 1974, deve ter contribuído muito para o aumento do número de votos nulos. A exigência na utilização da cédula oficial de se escrever o nome ou o número de registro ou a legenda do candidato somente quando já dentro da cabine eleitoral deve ter conduzido os indivíduos semi-analfabetos que em 1962 só tinham que assinar o nome na folha de votação, pois as cédulas já estavam impressas com o nome dos candidatos, a cometer inúmeros erros, ao mesmo tempo que abria a possibilidade do eleitor não cumprir com a sua parte num possível compromisso clientelista, já que o voto realizado dentro da cabine eleitoral impedia qualquer tipo de controle. Da mesma forma, a obrigatoriedade de se votar para deputado estadual e federal em candidato de um mesmo partido (vinculação) em 1974, procedimento este relativamente novo para o eleitorado brasileiro, pois só havia sido realizado uma vez nas eleições de 1970, deve ter acarretado, em primeiro lugar, uma certa incerteza na hora da escolha e ao conseqüente erro no preenchimento da cédula pela indicação de candidatos pertencentes a partido diferente. Em segundo lugar a vinculação do voto deve ter dificultado, embora não tenha impedido totalmente a tutela do voto, pois se já era difícil induzir o eleitor a escrever o nome de um determinado candidato dentro da cabine, o que não falar da inscrição de dois nomes que deviam pertencer a um mesmo partido. A associação negativa mais intensa da variável população ocupada no setor primário com os votos nulos parece ser porém uma evidência de que as práticas do clientelismo subsistiam no pleito de 1974 ainda que de forma incipiente, aparentemente mais ligadas às áreas agrícolas, pois de outra

forma não se poderia explicar como um segmento da população teoricamente menos preparado apresentou correlação negativa com os votos nulos. Ressalta-se, no entanto, que esta constatação não introduz nenhuma novidade segundo o referencial teórico existente o clientelismo, tradicionalmente, sempre se desenvolveu mais intensamente nas áreas agrícolas (Ahn, 1975). Estes esquemas do processo eleitoral de 1974, porém, explicam apenas uma parcela do aumento dos votos nulos naquele pleito. A existência de um componente de protesto em 1974 não pode ser de todo afastado, antes pelo contrário. A associação positiva mais intensa em todos os níveis de mandato das variáveis ligadas a maior escolaridade, a maior maturidade, ao melhor rendimento mensal e à ocupação do secundário e no terciário da população com o voto nulo evidenciam que o voto nulo foi fruto de um comportamento intencional de contestação de um regime autoritário, ainda que no início de um processo de liberalização. Em outros termos, a associação positiva da população teoricamente mais preparada e mais informada e que, portanto, não tem justificativa para erros por desconhecimento ou inexperiência com a maior ocorrência de votos nulos parece denotar a intencionalidade de uma parcela dos votos nulos em 1974.

Cabe ressaltar, no entanto, que a nível de senador o baixo percentual de votos nulos em 1962 também pode ser atribuído à prática do clientelismo, uma vez que quase nenhuma associação significativa com as características sócio-econômicas-demográficas foi encontrada. A presença na eleição para senador em 1962 de quatro candidatos patrocinados por coligações contra três patrocinados por partidos isolados evidencia nitidamente a existência da prática clientelista, pois segundo o referencial teórico as alianças são nitidamente uma forma de desdobramento do procedimento de patronagem (Jaguaribe, 1950). Nas eleições proporcionais, ou seja, de deputados federal e estadual, a necessidade de acordos que se materializam através de coligações não é tão intensa, uma vez que a quantidade de votos que o postulante a um destes níveis de cargo necessita é de certa forma limitada, podendo ser conseguido na sua própria área de influência, quiçá nos arredores. Nas eleições majoritárias, no entanto, o comportamento aliancista é muito útil, uma vez que o candidato, seja a senador ou a governador, precisa obter votos em todo o Estado, não sendo suficiente os votos de sua área de influência. Em decorrência, desenvolvem-se intermináveis combinações entre os diversos chefes políticos locais, visando à constituição de um sistema de adesões que garanta a necessária maioria de votos.

Por outro lado, o esquema de voto utilizado para senador, em 1962, também contribuiu para um menor número de votos nulos. Nas eleições majoritárias, a utilização da cédula oficial onde o eleitor tinha somente que assinalar dentro de um pequeno quadrilátero, já dentro da cabine, entre os vários nomes dos candidatos impressos na cédula, aquele de sua preferência, obviamente, facilitava o ato de votar evitando assim o

cometimento de erros e a conseqüente anulação. Assim também não havia nenhuma condição de vinculação partidária com as outras indicações feitas na cédula, isto é, era possível votar-se para senador de um partido e deputado federal e estadual de outro, o que também facilitava o processo de votação.

É possível supor-se porém que a origem do aumento mais acentuado dos votos nulos a nível de senador em 1974 esteja mais ligado a uma forma de protesto de uma parte do eleitorado contra a situação política geral, por não encontrar nos candidatos que se apresentaram a alternativa intermediária que viesse de encontro aos seus interesses. Segundo Ruy Santos (1976), a inexistência de eleições diretas para governador no pleito de 1974 fez com que o eleitorado visse nos dois candidatos ao Senado Federal a representação do governo e da oposição. Em decorrência, alguns eleitores que desejavam uma terceira alternativa, dado que não se identificavam com nenhuma das duas supostas posições dos candidatos existentes, preferiram anular o seu voto por julgar que os custos do voto não seriam compensados pelo benefício da indicação de um elemento que realmente representasse seu pensamento. Por outro lado, é possível ainda que a explicação para o aumento dos votos nulos a nível de senador nas eleições de 1974 em relação às de 1962 esteja ligado a um fenômeno semelhante ao que foi detectado por Milton (1978), nos Estados Unidos, isto é, de que os eleitores gostam de acreditar que o seu voto é uma escolha real e para tanto é necessário a existência de um espectro maior de alternativas e não somente de duas que podem representar somente posições contra ou a favor da situação vigente, semelhante a um plebiscito. Se assim tiver sido, o aumento dos votos nulos para senador em 1974, provavelmente, decorreu também do fato dos eleitores terem considerado que os custos do ato de votar não seriam recompensados pelos benefícios de um processo de escolha verdadeiro.

A nível de governador o maior volume de votos nulos no pleito de 1962 parece estar associado à prática de clientela ainda que em processo de declínio. A feudalização cada vez mais acentuada a que chegaram as forças políticas no início da década de sessenta, ou seja, a dispersão desta força entre milhares de pessoas e pequenos partidos com influências locais, fez com que a nível de governador os diversos chefes políticos locais se lançassem numa escala de alianças visando com isto à obtenção da maioria estadual de votos necessários à eleição de um governador. Assim é que todos os candidatos a governador em 1962 foram patrocinados por coligações. Este excessivo comportamento aliancista provavelmente acarretou um maior volume de votos nulos nas eleições para governador em 1962. De um lado porque uma parte do eleitorado constituído por aqueles que tem pouco a ganhar num jogo eleitoral deste tipo, por serem de condição social muito alta ou muito baixa, se desinteressou ainda mais do processo político que se já andava muito confuso desde a renúncia de Quadros

em 1961, por verem que não obteriam nenhuma vantagem em participar da mecânica de barganha do voto, preferindo assim anular o seu voto. De outro, porque de acordo com os resultados obtidos na análise de correlação, isto é, a associação negativa mais intensa da população teoricamente mais preparada com os votos nulos e por contra-posição uma associação positiva mais intensa com a população teoricamente menos preparada, provavelmente uma parcela dos votos nulos foi gerada por este último segmento da população com menor conhecimento do processo eleitoral. Em outras palavras, uma parcela dos votos nulos talvez tenha sido fruto de erro involuntário provavelmente causado pela confusão que as inúmeras coligações que se fizeram em torno dos candidatos acarretaram, não deixando claro a origem e os vínculos dos postulantes aos cargos.

A análise da evolução do percentual de votos nulos a nível de governador de um período para o outro foi inviável, uma vez que em 1974 não houve eleição para governador pois o mesmo foi indicado pelo governo central.

É preciso ressaltar ainda que a componente causal de despreparo ou desconhecimento do processo eleitoral é uma constante nos dois períodos eleitorais em todos os níveis de mandato. A constância da associação positiva significativa da variável relativa aos recém-chegados que conhecem pouco a realidade política do Estado (Variável: População com mais de 20 anos e menos de 5 anos no Estado) evidencia nitidamente que uma parcela dos votos nulos nos dois pleitos decorreu da falta de conhecimento do quadro político por parte dos eleitores recém-chegados ao Estado.

Votos Brancos

Por outro lado, os elevados percentuais de votos brancos em todos os níveis de mandatos no pleito de 1962 possivelmente ocorreram pelo fato dos eleitores não perceberem benefícios que justificassem os custos diretos do ato de votar, pois a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, e os acontecimentos posteriores causaram um sentimento generalizado de desânimo, descrença, indiferença e dúvida diante dos acontecimentos políticos, levando provavelmente muitos indivíduos a deixarem o seu voto em branco. Aliás, para Rios (1964), os resultados das eleições de 1962 nada mais foram do que o efeito dos acontecimentos que acompanharam a renúncia de Quadros.

A presença do componente causal desinteresse ou incerteza diante da situação política na determinação dos votos em branco nas eleições de 1962, especialmente nos níveis de deputado federal e estadual, aparece bem nitidamente nos resultados obtidos na análise de correlação desenvolvida neste estudo. A análise de correlação deste tipo de voto com as variáveis sócio-econômico-demográficas nos níveis acima mencionados re

velou coeficientes positivos razoavelmente significativos com as variáveis representativas da população teoricamente mais preparada. Esta associação direta mais intensa destes dois fatos evidencia que uma parcela dos votos em branco foi provavelmente fruto de um comportamento intencional, uma vez que este tipo de voto inválido foi gerado por um efetivo de cidadãos que pelas condições que apresentavam, ou seja, maior escolaridade, maturidade, experiência, etc., pouca probabilidade tinham de ter feito isto por desconhecimento, desinformação ou dificuldade do ato de votar.

Note-se, no entanto, que o menor percentual de votos brancos a nível estadual em relação ao do deputado federal, provavelmente, pode ser explicado pela presença neste nível da eleição do efeito um pouco mais intenso da prática clientelista que estimulando o voto válido atenuou o comportamento desinteressado do eleitor e, por conseguinte, o voto em branco. O coeficiente de correlação negativo dos votos em branco com a variável da população ocupada no primário a nível de deputado estadual e federal parece ratificar a presença do procedimento de patronagem, pois do contrário como se poderia explicar que a população teoricamente com menor conhecimento de causa é a que apresenta o menor percentual de votos brancos a nível estadual e federal. Os argumentos presentes no preferencial teórico existente na literatura específica parecem explicar, porém, o reduzido percentual de votos nulos a nível estadual, quando afirma que os procedimentos clientelistas são mais ativos a nível local, onde as relações entre candidato e eleitores podem ser mais intensas devido à reduzida distância física que os separa. Como o deputado estadual necessita de um volume de votos muito menor do que um senador ou governador, dado que o cálculo do número de votos que ele necessita para se eleger é feito pelo sistema proporcional, regra geral, sua campanha de conquista de votos pode se restringir a uma área geograficamente limitada, o que pode propiciar a utilização mais intensa da prática clientelista.

A semelhança do que ocorre nos níveis de deputado estadual e deputado federal provavelmente a determinante preponderante do volume de votos em branco nas eleições majoritárias de 1962, isto é, de senador a governador foi sem dúvida nenhuma o desinteresse pelo processo político causado pelos acontecimentos de 1961. Acresce ainda que os procedimentos de patronagem nas eleições de senador e governador são muito difíceis, ainda que não impossíveis, uma vez que sendo uma eleição majoritária, os candidatos necessitam de votos em todo o Estado, tendo que em compensação distribuir favores ao eleitorado de todo Estado também. Por sua vez, a década de 1960 apresentou um declínio da política clientelista e uma ascensão da tendência ideológica (Jaguaribe, 1962). Assim sendo, é provável que a prática clientelista tenha tido um efeito reduzido sobre o volume dos votos em branco nas eleições majoritárias.

Por outro lado, os coeficientes de correlação negativa razoavelmente significativo entre a ocorrência de votos em branco e as variáveis representativas da população teoricamente mais preparada nas eleições de senador e governador parece indicar primeiramente um crescente sentido ideológico da política e das eleições brasileiras e depois leva a supor em contra-posição que uma parcela dos votos em branco, a nível de senador e de governador, foi gerada por um segmento da população menos esclarecida, ou seja, com menor escolaridade, experiência, etc. O mesmo fenômeno que causou uma parcela dos votos nulos a nível de governador em 1962, ou seja, a indefinição do quadro partidário causado pelo excesso de coligações partidárias, deixou os eleitores confusos e indecisos na hora de votar, para governador e senador em 1962, levando alguns deles a deixarem o seu voto em branco. Em outras palavras, os custos que os eleitores iriam ter na escolha dos candidatos não seriam compensados, já que o retorno ou benefícios não eram certos diante da situação indefinida do panorama político.

Aos determinantes do voto em branco acima mencionados, soma-se na explicação do excessivo montante de votos brancos no nível de senador em relação aos demais níveis, em especial, ao de governador, mais dois componentes causais: o diferencial de interesse entre as eleições legislativas e as executivas e a necessidade de se eleger dois senadores em vez de um só. Segundo Lamounier (1978) a excitação das eleições executivas é sempre maior do que as eleições legislativas no Brasil, como em qualquer outro país. Assim é que a nível de senador, o desinteresse do eleitorado foi de certa forma acentuado pela menor importância que os eleitores dão aos cargos legislativos fazendo com que os eleitores manifestassem menor decisão na escolha dos candidatos, aumentando desta forma o número de votos brancos para senador. Buenc (1962) partilha desta idéia quando afirma que "as eleições para o executivo concentram a maior atenção do eleitor". Por outro lado, o fato do eleitor ter de escolher dois senadores em vez de um só talvez tenha acarretado uma certa dificuldade no ato de votar, levando certos eleitores a desistirem de indicar senadores e deixar os seus votos em branco. A mesma linha de reflexão, em sentido inverso, explica o menor percentual de votos brancos para governador, ou seja, a maior importância dada aos cargos executivos leva a uma maior decisão na escolha dos candidatos a governador e a uma redução do número de votos brancos.

Os resultados obtidos na análise de correlação entre os votos brancos e as variáveis sócio-econômico-demográficas nos diversos níveis de cargos nas eleições de 1974 revelaram que os votos em branco decorreram em parte de um comportamento de protesto de um determinado segmento do eleitorado. A associação positiva mais intensa da ocorrência dos votos brancos com as variáveis relativas à população ocupada no secundário e terciário, com as variáveis ligadas à população em pleno vigor da

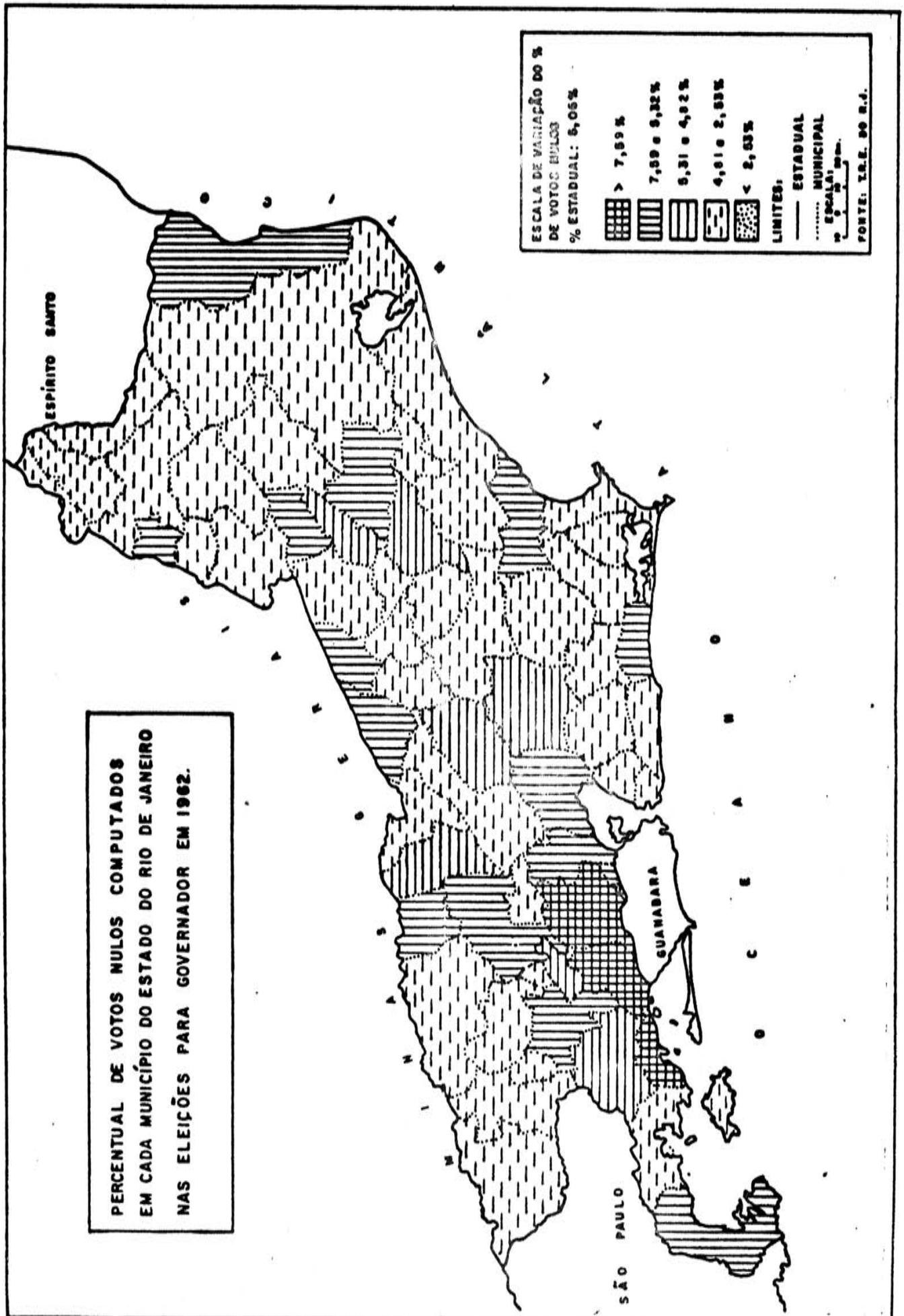
maturidade e com a população com melhores rendimentos evidencia que uma parte dos votos em branco, em 1974, representou uma forma de protesto contra o regime autoritário vigente. Uma outra parcela dos votos brancos, no entanto, foi nitidamente fruto de desconhecimento do processo político estadual. O coeficiente de correlação positiva da população com mais de 20 anos e menos de 5 anos no Estado com os votos brancos denuncia claramente que uma parte destes votos brancos ocorreram devido ao desconhecimento dos recém-chegados ao Estado do panorama político.

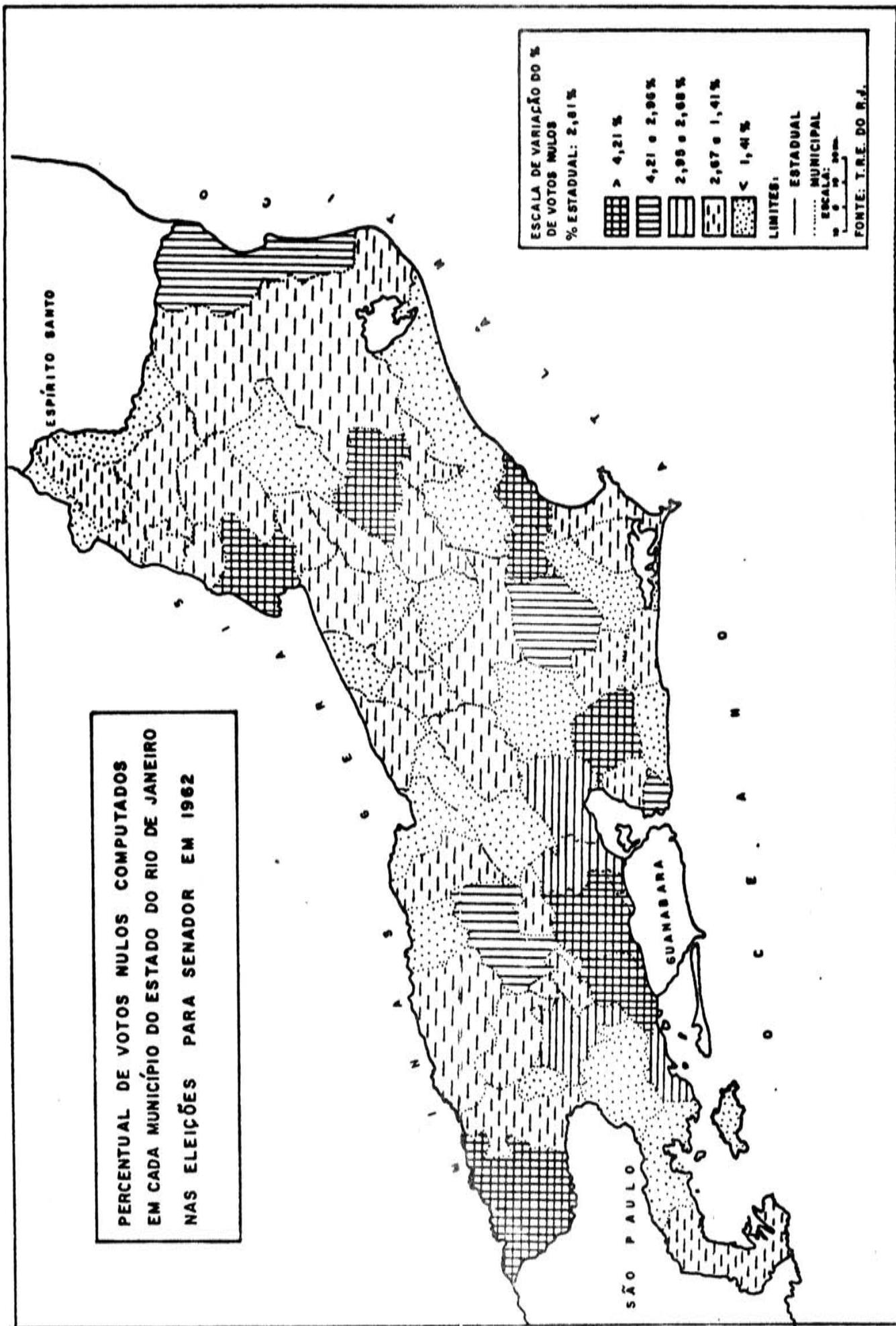
A redução do percentual de votos em branco em 1974, talvez seja explicado pela convicção do eleitor de que os custos de votar seriam compensados pelo benefício de uma mudança no sistema político vigente, que não satisfazia por ser caracteristicamente autoritário. A associação negativa dos votos em branco com algumas variáveis representativas de determinado segmento da população que apresenta também um certo conhecimento da causa, pela idade e experiência, pela escolaridade e pela ocupação, demonstra que um determinado segmento da população acreditava realmente que o voto válido pode ser um forte instrumento de mudança. Em outras palavras, havia uma maior credibilidade no voto em função do início de um processo de liberalização na época. Por outro lado, os custos para obter as informações que fundamentaram esta credibilidade foram muito baixos, em parte, pela campanha contra os votos brancos desencadeada não só pela oposição mas também pelos situacionistas como o próprio Presidente Geisel (Santos, 1976) e em parte pelo início da abertura(4) que possibilitou um aumento do fluxo de informações através da mídia pela supressão gradual das restrições anteriormente impostas à divulgação de determinados assuntos. O único caso em que houve aumento do montante de votos brancos no pleito de 1974 em relação ao de 1962 foi a nível de deputado estadual. Este incremento do percentual de votos brancos talvez tenha decorrido da necessidade de uma vinculação partidária com a escolha de deputado federal. A dificuldade de conciliar estes dois votos conduziu uma parcela dos cidadãos a um impasse, o que obviamente fez com que os custos da indicação superassem os benefícios, razão pela qual estes eleitores optaram por deixar os seus votos em branco.

VARIAÇÃO NO ESPAÇO

Votos Nulos

Da leitura dos mapas representativos da distribuição de votos nulos e das tabelas de caracterização estatística dos mesmos nos diversos postos em jogo nos dois períodos sob análise, constata-se em primeiro lugar que, embora as médias estaduais e as médias dos percentuais dos municípios em todos os níveis de mandato no pleito de 1962 tenham sido mais baixas que as médias estaduais e as médias dos percentuais dos mu





PERCENTUAL DE VOTOS NULOS COMPUTADOS EM CADA MUNICÍPIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NAS ELEIÇÕES PARA SENADOR EM 1962

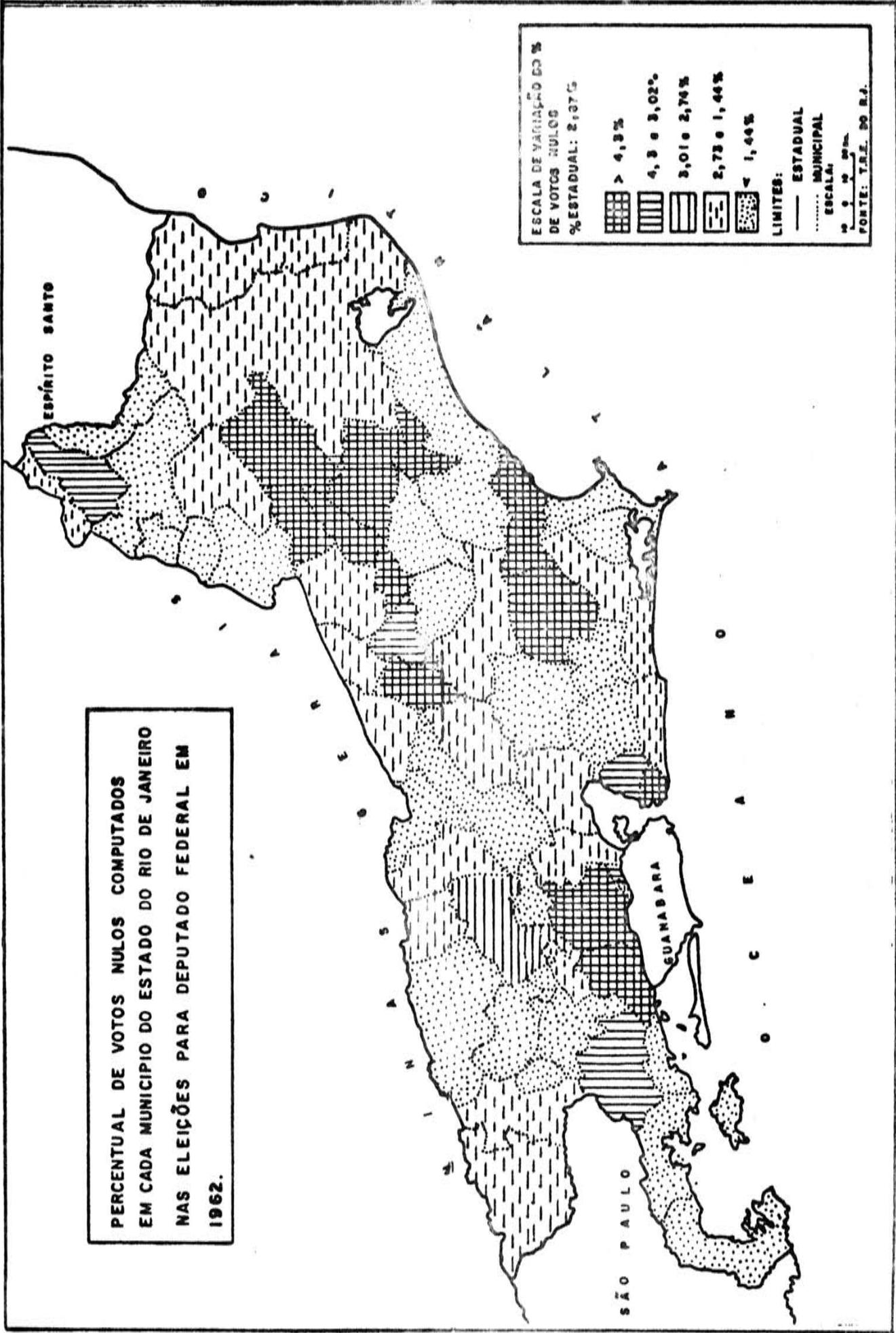
ESPIRITO SANTO

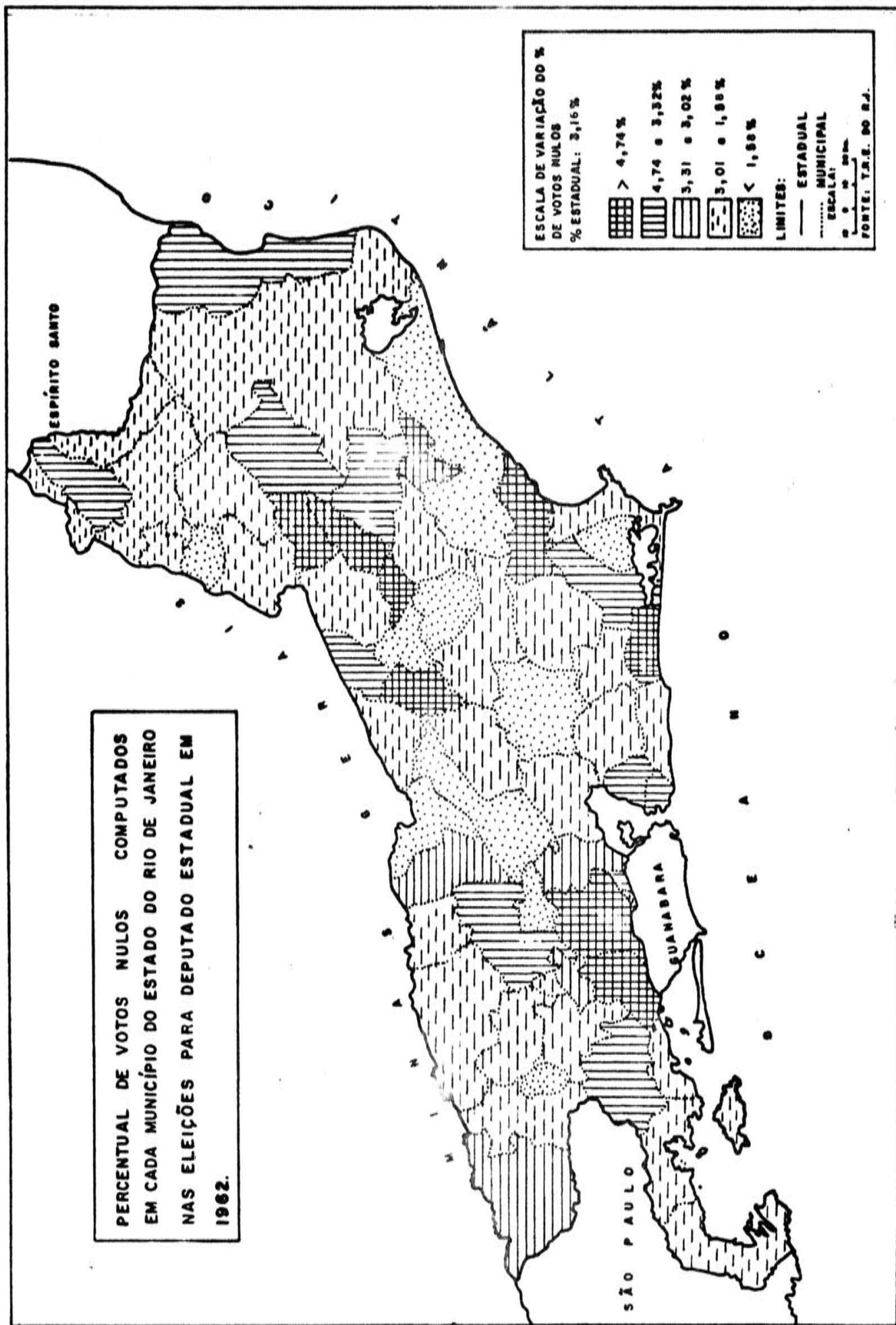
SÃO PAULO

GUANABARA

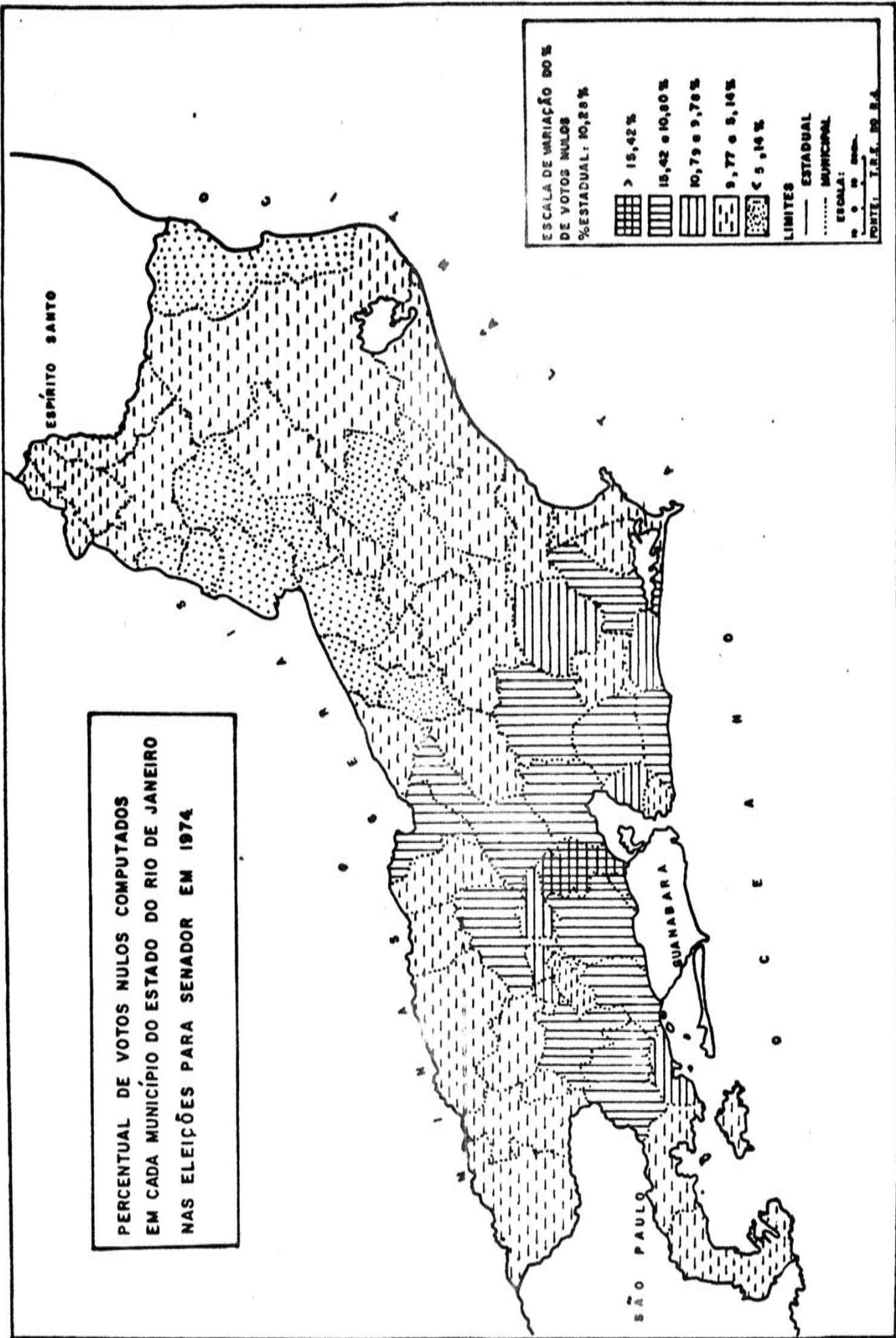
O C E A N O

PERCENTUAL DE VOTOS NULOS COMPUTADOS
 EM CADA MUNICÍPIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 NAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO FEDERAL EM
 1962.

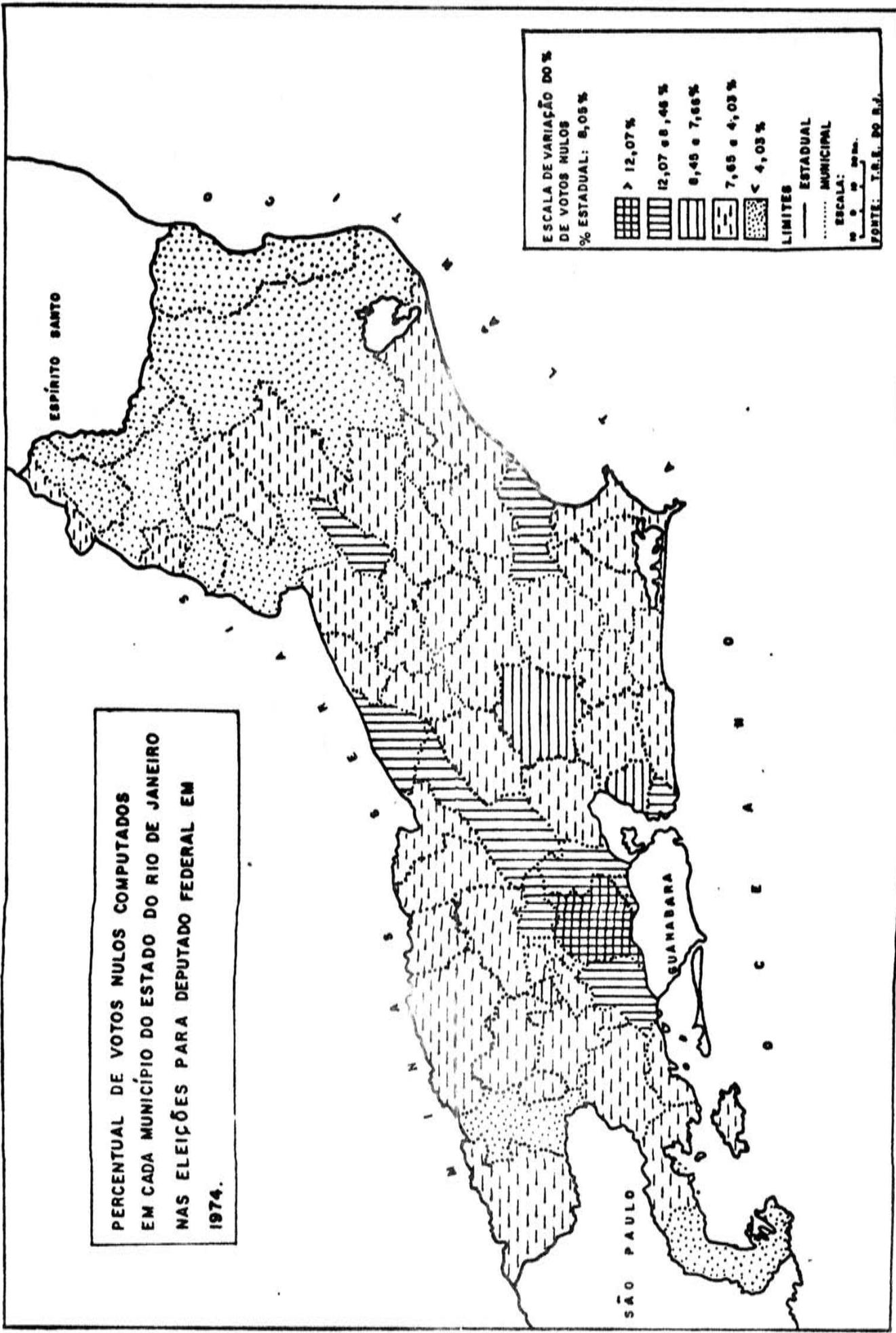


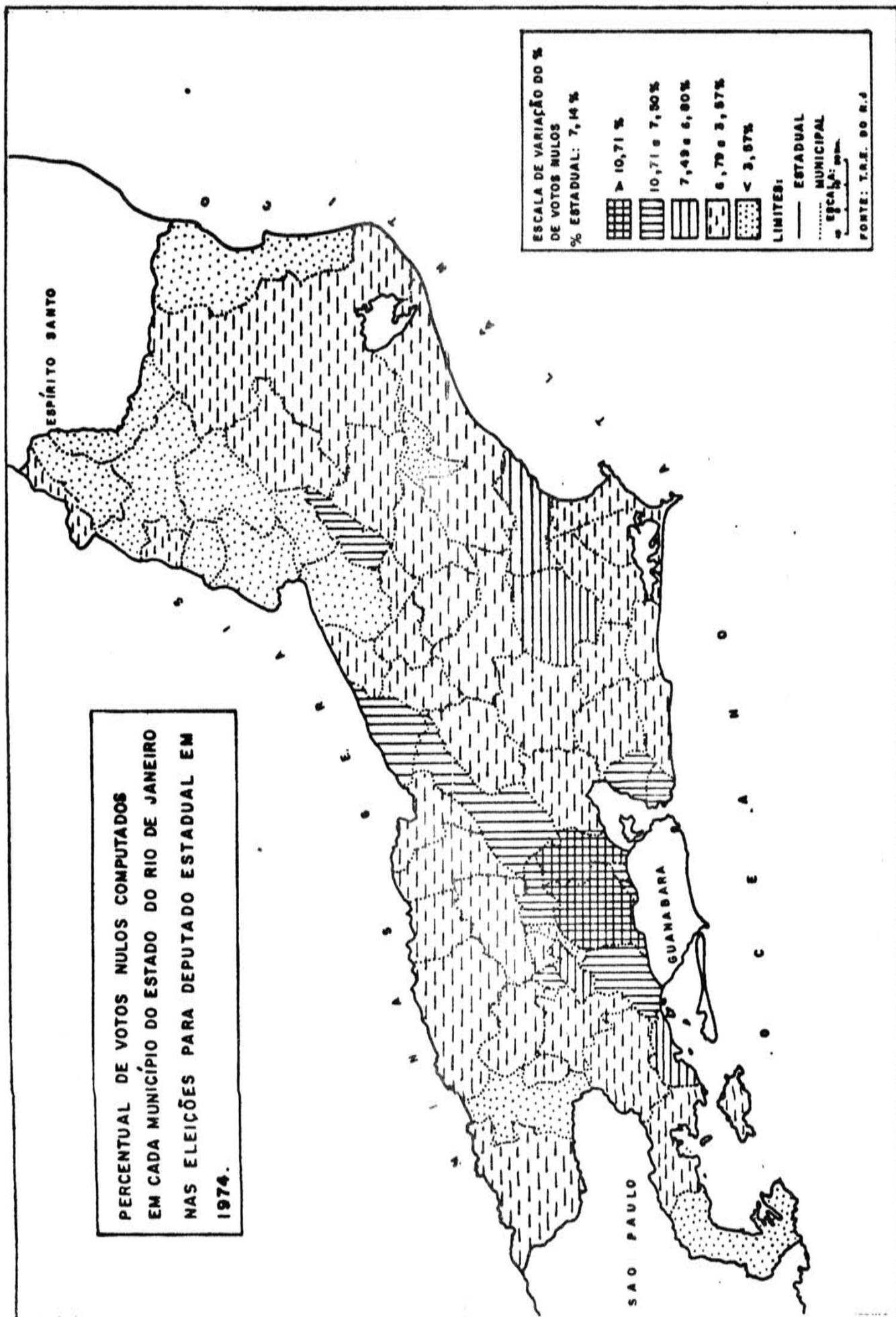


PERCENTUAL DE VOTOS COMPUTADOS
EM CADA MUNICÍPIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
NAS ELEIÇÕES PARA SENADOR EM 1974



PERCENTUAL DE VOTOS NULOS COMPUTADOS
 EM CADA MUNICÍPIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 NAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO FEDERAL EM
 1974.





nicípios em 1974, o coeficiente de variação dos percentuais de votos nulos dos municípios em quase todos os tipos de mandato, com exceção do de governador, foram bastante mais elevados na eleição de 1962 do que na de 1974. Em outras palavras, a ocorrência de votos nulos embora mais elevada em 1974 foi mais uniformemente distribuída no espaço, enquanto que em 1962 ela foi menor, mas com uma distribuição espacial mais heterogênea.

A grande variação espacial de votos nulos em 1962 a nível de senador, deputado federal e deputado estadual provavelmente está ligada a variação espacial da prática clientelista, isto é, a variação espacial de disponibilidade de instrumentos necessários por parte dos partidos ou candidatos para conceder benefícios aos eleitores. Em outros termos, nem sempre as organizações partidárias dispõem de recursos para oferecer recompensas em troca do voto da clientela em todas as regiões do Estado de forma uniforme, ou porque não estão no poder, seja municipal ou estadual ou porque os recursos de que podem dispor não são suficientes para atender a todos os eleitores, o que ocorre frequentemente nas regiões de grande concentração populacional. Segundo Jaguaribe (1950) a extensão do território torna impossível o que se poderia chamar de mercado político perfeito. Assim sendo, o percentual de votos nulos tende a ser menor nos municípios onde a prática do clientelismo pode ser mais desenvolvida e maior nas áreas onde este procedimento é incipiente não conseguindo meios de condicionar a direção de votos dos cidadãos. Esta mesma linha de reflexão leva a compreensão do porque o coeficiente de variação espacial do percentual de votos nulos a nível de governador é o mais baixo em 1962. Sendo o maior montante de votos nulos a nível de governador, como já foi explicado anteriormente, consequência de um estágio avançado do clientelismo, caracterizado pela formação de coligações, isto é, da reunião de inúmeras forças políticas locais em áreas maiores onde o conjunto de recursos é redistribuído de forma mais homogênea por toda a área, a tendência é de que os resultados eleitorais apresentem uma diversificação espacial menor do que quando estas forças atuam separadamente em todo o território.

Em contra-posição, os resultados obtidos na análise de correlação entre a ocorrência de votos nulos e as características sócio-econômicas dos municípios nas eleições de 1974 parecem indicar, como já foi demonstrado anteriormente, que a baixa variação espacial do percentual de votos nulos em todos os níveis de mandato naquele ano em relação a 1962 está associado a um comportamento geral de protesto naquela eleição (Sant' Anna e Freire, 1981). O estado generalizado de insatisfação (Lamounier, 1978) com a situação política vigente e o início de um processo de liberalização na época fizeram com que a eleição de 1974 assumisse características de um plebiscito sobre a política econômica e os rumos institucionais do país motivando a população em todo o território estadual, razão pela qual os determinantes do voto em branco não variam muito de um município

para o outro. Por outro lado, a limitação da prática clientelista pelos esquemas de voto utilizados na eleição de 1974, isto é, cédula única oficial e exigência de vinculação partidária, provavelmente, também contribuíram para a menor variação espacial dos votos nulos.

TABELA II

CARACTERIZAÇÃO ESTATÍSTICA DOS VOTOS NULOS COMPUTADOS EM
CADA TIPO DE MANDATO DAS ELEIÇÕES DE 1962

TIPO DE MANDATO / CARACTERÍSTICAS ESTATÍSTICAS	Nº DE MUNICÍPIOS QUE CONCORREM	% ESTADUAL	MÉDIA DAS % NOS MUNICÍPIOS	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
Deputado Federal	62	2.87	2.73	2.36	86.55
Senador	62	2.81	2.42	1.93	77.89
Governador	62	5.06	4.87	1.52	31.21
Deputado Estadual	62	3.16	2.93	1.68	57.31

Fonte: Dados Básicos do T.R.E. do RJ/Tratamento Estatístico: Autores.

TABELA III

CARACTERIZAÇÃO ESTATÍSTICA DOS VOTOS NULOS COMPUTADOS EM
CADA TIPO DE MANDATO DAS ELEIÇÕES DE 1974

TIPO DE MANDATO / CARACTERÍSTICAS ESTATÍSTICAS	Nº DE MUNICÍPIOS QUE CONCORREM	% ESTADUAL	MÉDIA DAS % NOS MUNICÍPIOS	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
Deputado Federal	63	8.05	6.47	2.23	34.41
Senador	63	10.28	8.39	3.14	37.42
Deputado Estadual	63	7.14	5.68	2.03	35.76

Fonte: Dados Básicos do T.R.E. do RJ/Tratamento Estatístico: Autores.

Finalmente a semelhança dos valores do coeficiente de variação dos votos nulos no nível de deputado federal e de deputado estadual nas eleições de 1974 se explica eminentemente pela necessidade de vinculação partidária dos dois tipos de voto, ou seja, na necessidade de votar-se em candidatos de um mesmo partido para os dois cargos, o que obviamente acarreta uma certa semelhança na ocorrência de votos nulos nos dois níveis.

Votos Brancos

Por sua vez a variação espacial geral do volume de votos em branco nas eleições de 1962 foi bem menor do que a de votos nulos. A explicação para esta menor proporção de variação espacial dos votos em branco em relação aos votos nulos em 1962 reside no fato de que o principal componente causal, ou seja, o desinteresse dos eleitores pelo quadro político causado pela frustração da renúncia do Presidente Quadros em 1962, era um sentimento geral de população, estando subjacente a todos os votos em branco em qualquer nível e praticamente em todos os lugares. A maior variação, no entanto, apresentada pelos níveis de deputado federal e deputado estadual decorreram provavelmente da maior probabilidade de interferência da prática clientelista nestes níveis por estar espacialmente, extremamente, pulverizado na época e, portanto, com força de atenuação do voto em branco territorialmente diferenciada. Em contra-posição, a menor variação espacial dos votos em branco a nível de senador e governador se deve, como já foi explicado a menor possibilidade de atuação do clientelismo nas eleições majoritárias.

Finalmente, os baixos coeficientes de variação espacial dos votos brancos em 1974 parece apresentar determinantes causais semelhantes aos de variação dos votos nulos na mesma eleição. O sentimento generalizado de insatisfação aliado a uma maior credibilidade no voto pelo início de um processo de liberalização, motivou a opinião pública como um todo, acarretando com isto uma menor variação dos votos brancos.

Cabe ressaltar que a observação das tabelas de estatística descritiva dos votos nulos e brancos em todos os níveis de mandato revela que em ambos os pleitos na maioria dos níveis de mandato a média estadual é superior à média dos percentuais dos municípios, o que significa que nestes níveis o volume de votos brancos e nulos foi maior nas grandes concentrações populacionais. No que diz respeito aos votos em branco, os níveis de senador e governador em 1962 e o de deputado federal em 1974 apresentam médias estaduais inferiores a média dos percentuais dos municípios, indicando assim que o maior número de votos brancos nestes níveis não ocorreu nas áreas de maior concentração populacional. A explicação do maior percentual de votos nulos e brancos ocorrer, de maneira geral, nas grandes concentrações populacionais reside, de um lado, no fato do eleitor da cidade ser segundo o referencial teórico existente mais infenso à prática do clientelismo, tendendo a se orientar muito mais por avaliações e idéias gerais a cerca do regime político, do que por perspectivas imediatistas de ganho pessoal. Em decorrência, deste maior sentido ideológico do voto urbano, quando as alternativas apresentadas não atendem às aspirações do cidadão das grandes aglomerações, ele pode perfeitamente anular ou deixar o seu voto em branco, como forma mais inteligente de resposta a uma situação que lhe parece sem saída. Por outro lado a ocorrência de

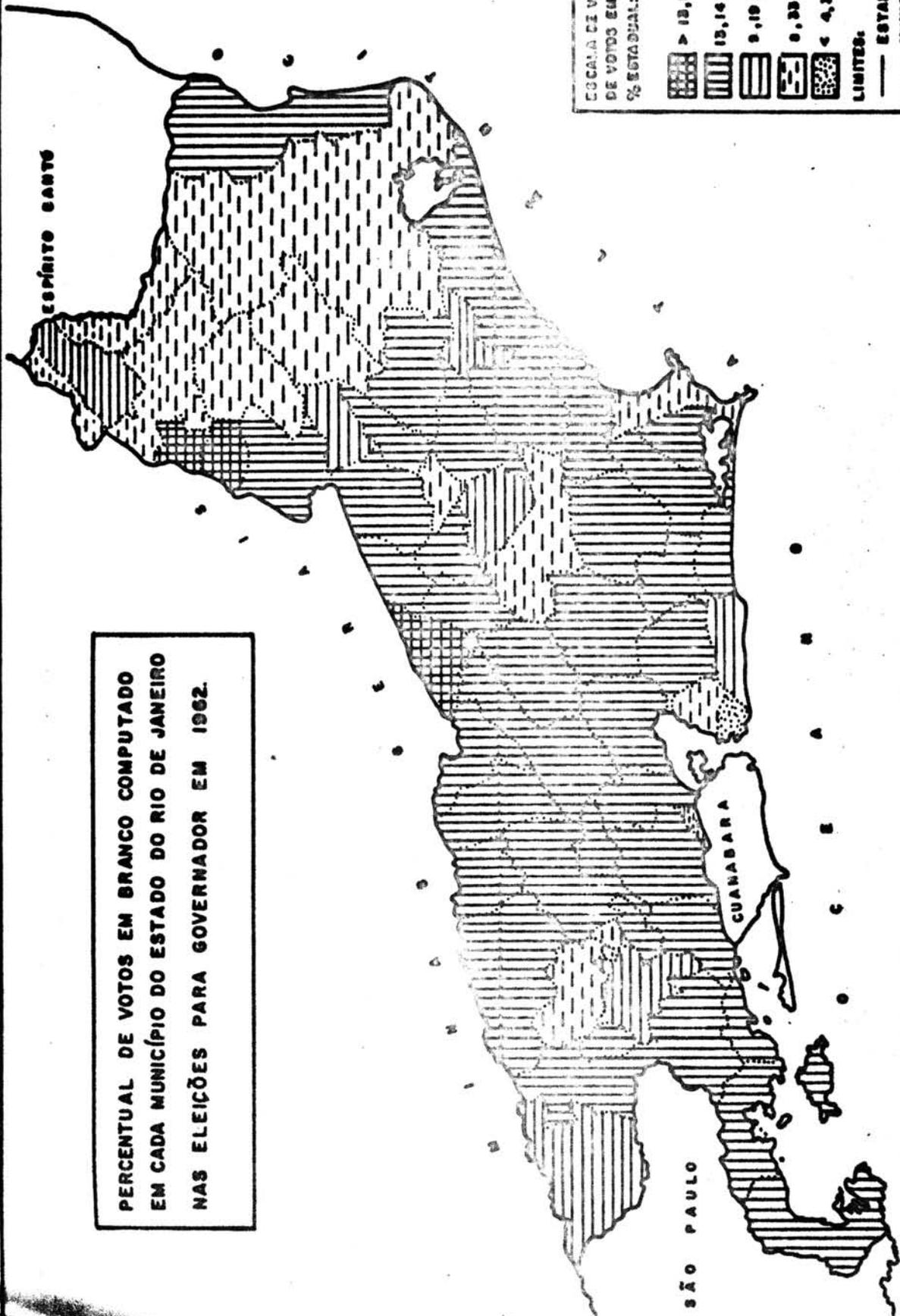
ESCALA DE VARIAÇÃO DO %
DE VOTOS EM BRANCO
% ESTADUAL: 6,76%

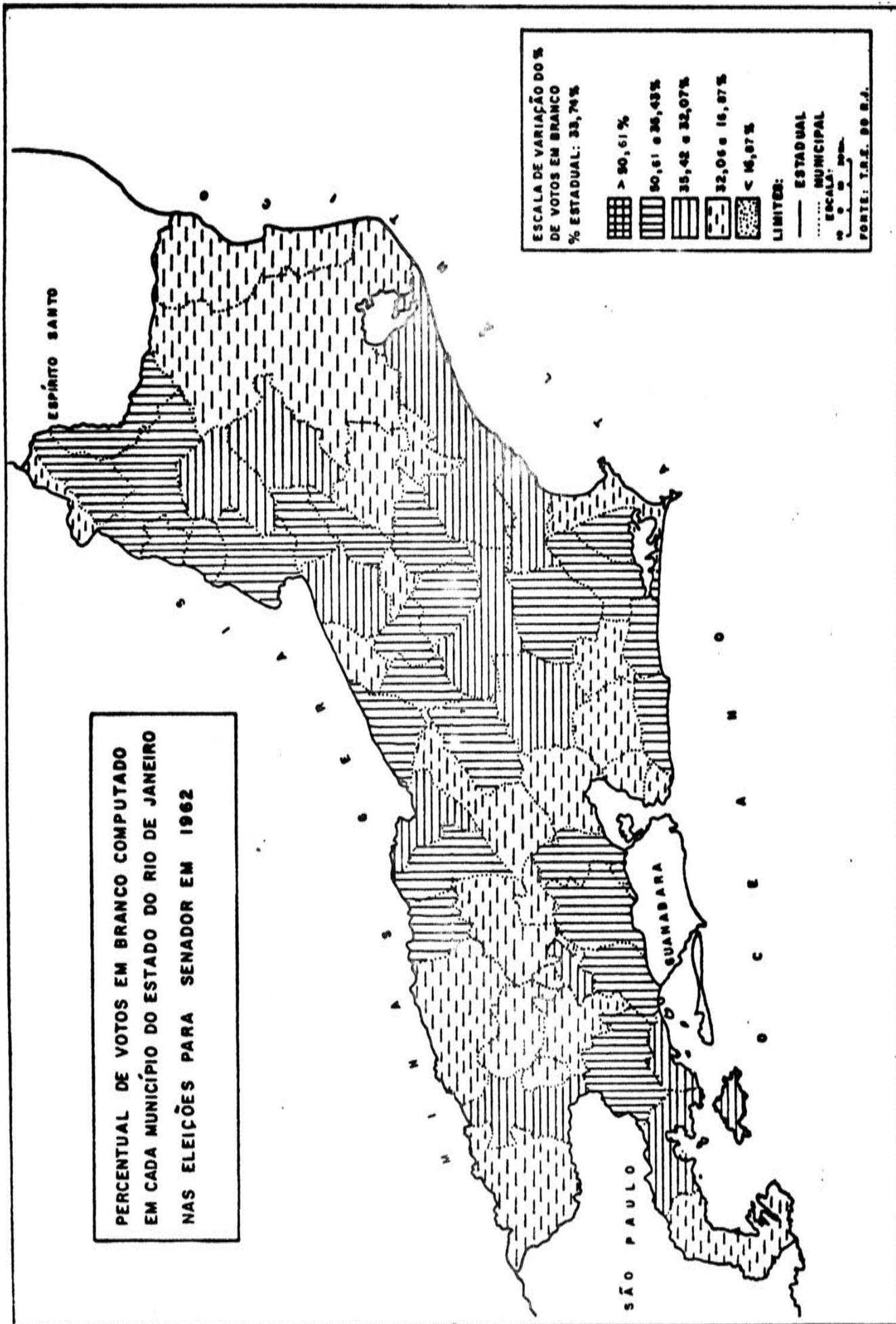
	> 13,14 %
	13,14 e 9,20%
	9,19 e 6,34%
	6,33 e 4,39%
	< 4,39%

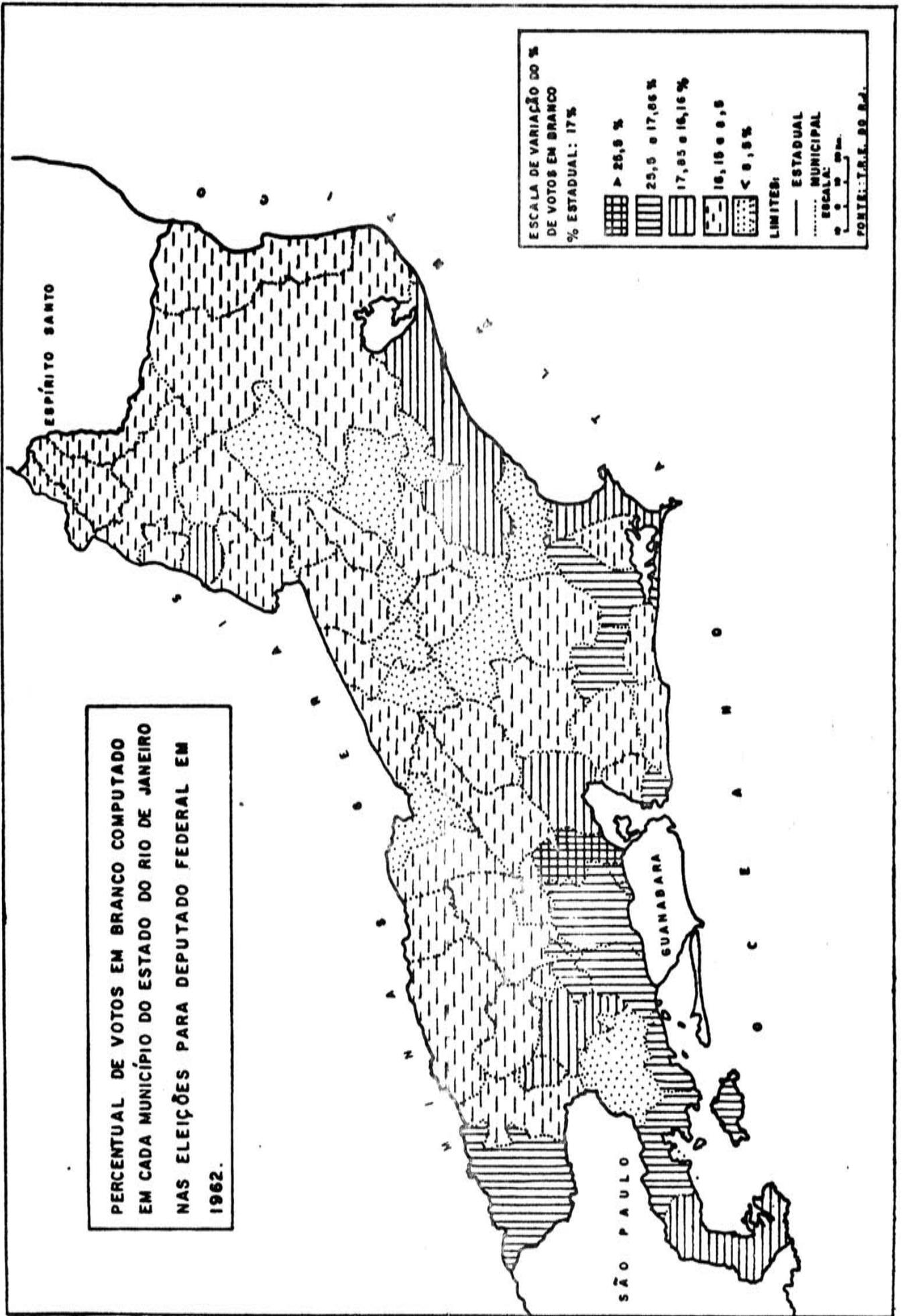
LIMITES:
 — ESTADUAL
 MUNICIPAL
 — ESCALAS: 0 10 20 km.

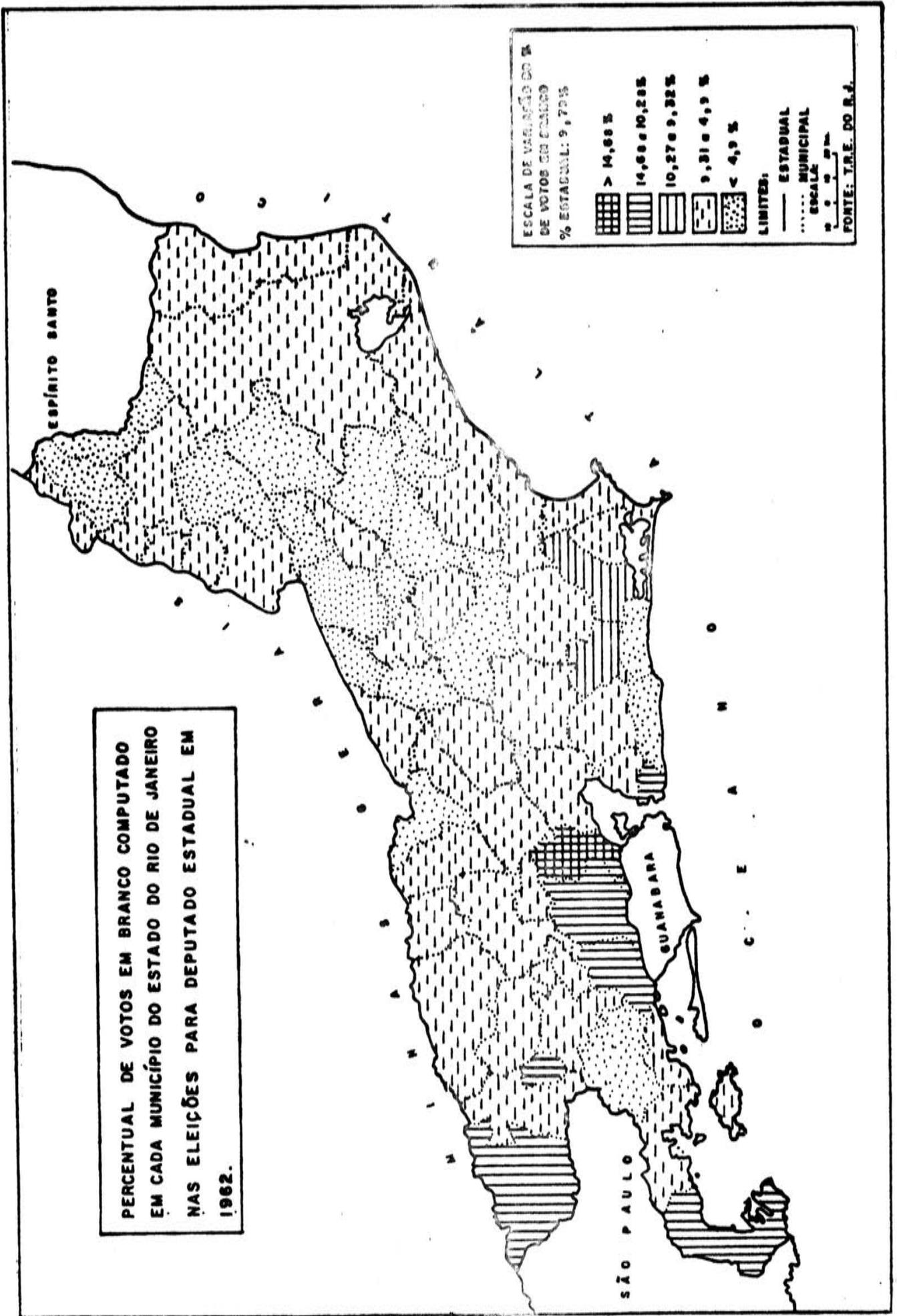
FONTE: I.P.E. DO S.P.

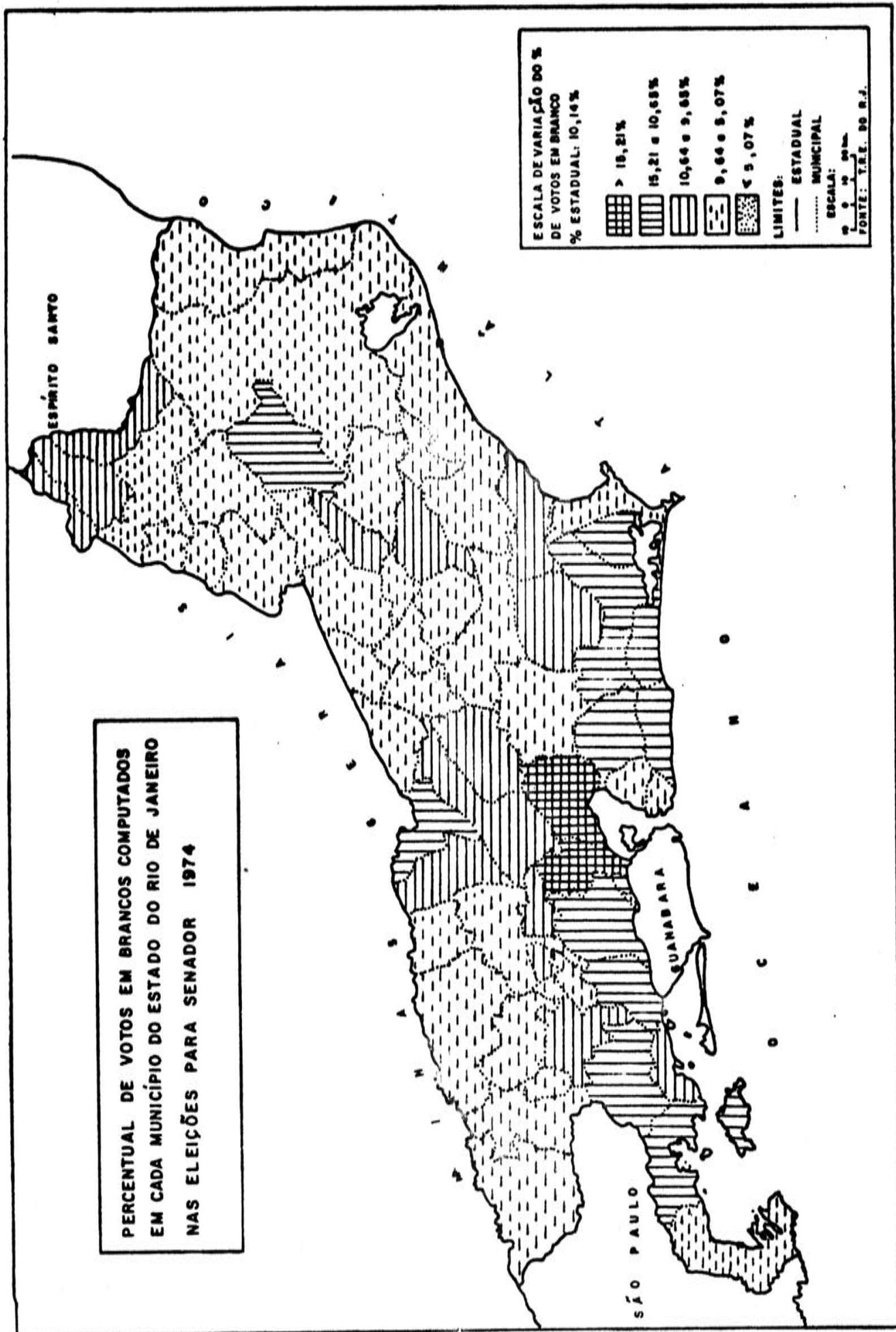
PERCENTUAL DE VOTOS EM BRANCO COMPUTADO
EM CADA MUNICÍPIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
NAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR EM 1962.

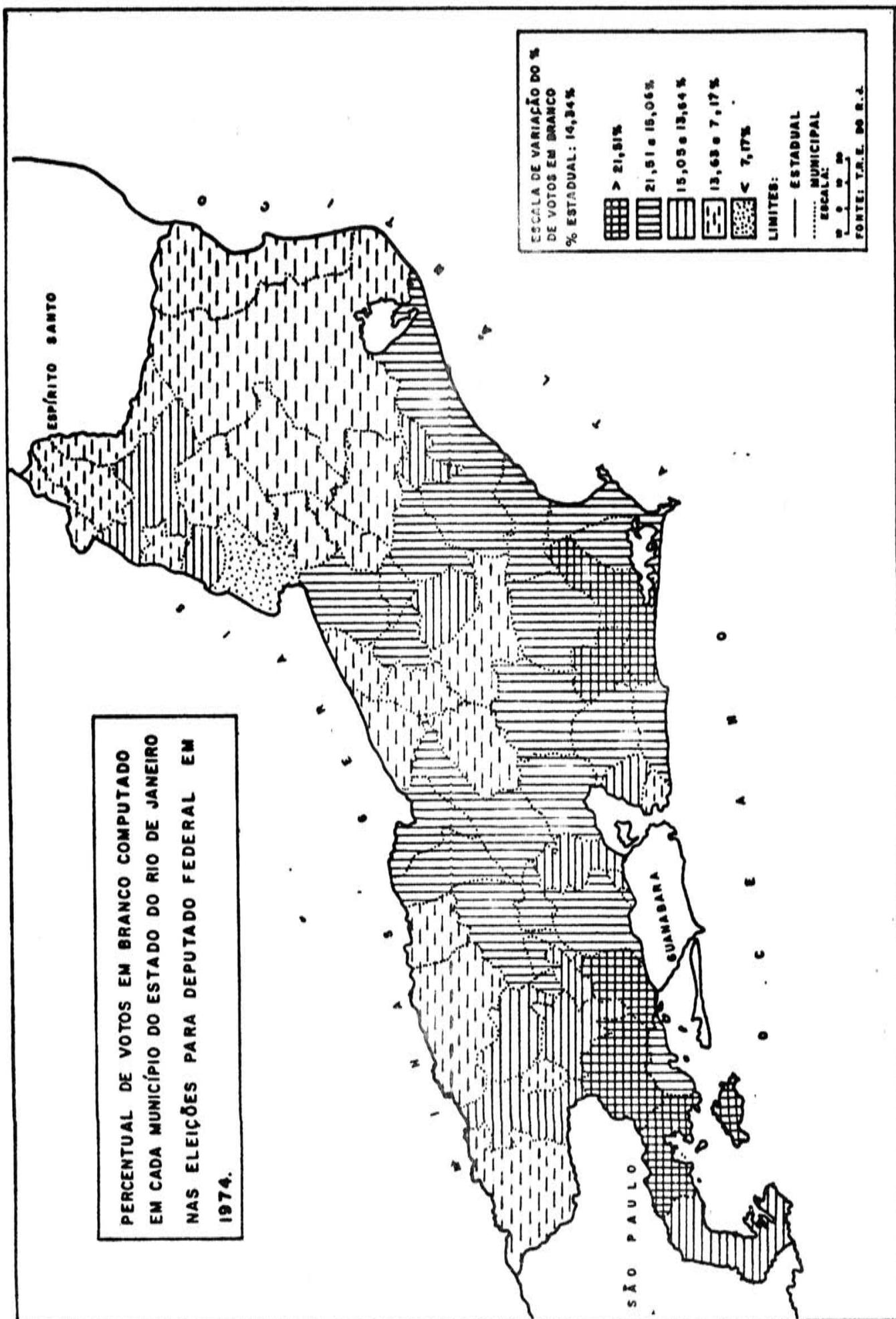


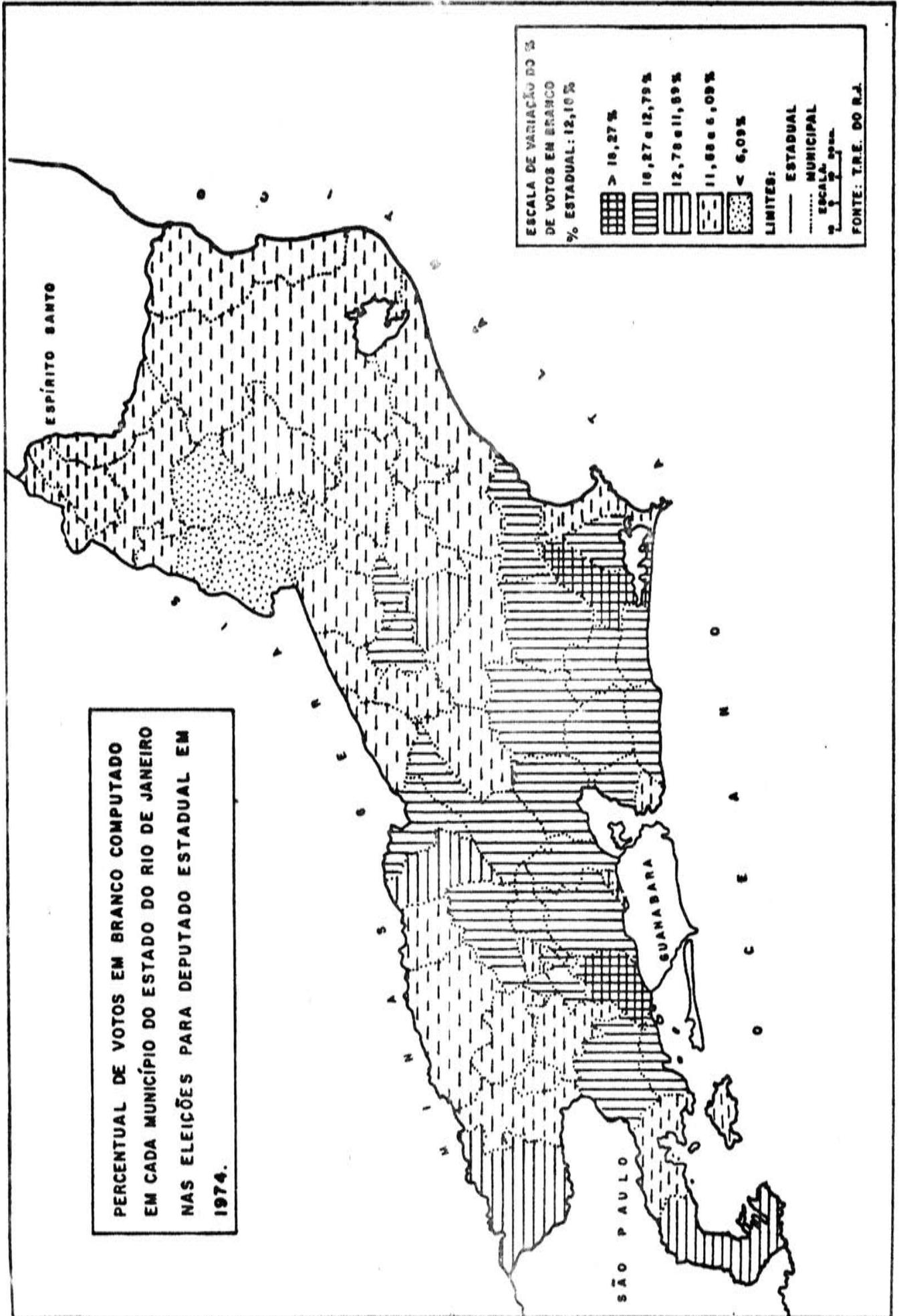












PERCENTUAL DE VOTOS EM BRANCO COMPUTADO EM CADA MUNICÍPIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO ESTADUAL EM 1974.

maior volume de votos brancos e nulos nas grandes concentrações populacionais do Estado pode decorrer do fato de serem estas as áreas que atraem constantemente maior número de migrantes de outras regiões, migrantes estes que constituem um efetivo de eleitores que conhecem pouco o panorama político local, o que os leva muitas vezes a deixar o seu voto em branco ou a anulá-lo, involuntariamente.

TABELA IV

CARACTERIZAÇÃO ESTATÍSTICA DOS VOTOS EM BRANCO COMPUTADOS
EM CADA TIPO DE MANDATO DAS ELEIÇÕES DE 1962

TIPO DE MANDATO	CARACTERÍSTICAS ESTATÍSTICAS	Nº DE MUNICÍPIOS QUE CONCORREM	% ESTADUAL	MÉDIA DAS % NOS MUNICÍPIOS	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
Deputado Federal		62	17.00	13.30	5.10	38.35
Senador		62	33.74	34.59	6.58	19.02
Governador		62	8.76	9.73	2.24	22.98
Deputado Estadual		62	9.79	6.96	3.22	46.32

Fonte: Dados Básicos do T.R.E. do RJ/Tratamento Estatístico: Autores.

TABELA V

CARACTERIZAÇÃO ESTATÍSTICA DOS VOTOS EM BRANCO COMPUTADOS
EM CADA TIPO DE MANDATO DAS ELEIÇÕES DE 1974

TIPO DE MANDATO	CARACTERÍSTICAS ESTATÍSTICAS	Nº DE MUNICÍPIOS QUE CONCORREM	% ESTADUAL	MÉDIA DAS % NOS MUNICÍPIOS	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
Deputado Federal		63	14.34	15.20	4.23	27.85
Senador		63	10.14	9.71	2.31	23.82
Deputado Estadual		63	12.18	11.59	3.83	33.07

Fonte: Dados Básicos do T.R.E. do RJ/Tratamento Estatístico: Autores.

CORRELATOS DOS VOTOS NULOS E BRANCOS

A variação do comportamento político, assim como de qualquer comportamento do homem, pode ser explicada por uma ampla variedade de fatores sociais, institucionais e psicológicos (Cox, 1966). Por outro lado, estes fatores variam de uma área para outra em função das peculiaridades dos diversos contextos regionais. Em decorrência, estes fa

tores são variáveis importantes para a explicação dos padrões geográficos de comportamento político. Segundo Roberts e Rummage (1965) "fatores como educação, classe social, ocupação e habitação são elementos chaves na distribuição de votos". Em função deste fato, é de se supor que a distribuição espacial dos votos nulos e brancos, entendidos como uma forma de comportamento político, varia diretamente ou indiretamente em proporção à variação das características sócio-econômicas das diversas regiões do Estado.

Tendo em vista a investigação da possível existência desta covariância desenvolveu-se uma análise de correlação simples entre uma variável, o percentual de votos nulos ou o percentual de votos brancos, e um elenco de dezessete outras variáveis (indicadores sociais, econômicos, demográficos e culturais - Anexo I). As variáveis sócio-econômicas selecionadas para a pesquisa foram aquelas reconhecidas pela literatura específica disponível como as mais intensamente relacionadas, seja sob o ponto de vista funcional como espacial com o comportamento eleitoral dos indivíduos e aqueles que estavam disponíveis para a coleta dos dados nos censos de 1960 e 1970. O universo de análise foi constituído por todos os municípios componentes do Estado nas duas eleições ou seja "62" em 1962 e "63" em 1974. Por outro lado, só foram considerados para fins de análise e interpretação os coeficientes de correlação superiores a $R = .200$ (5), ainda que se reconheça que os índices mais baixos constituam-se em pontos de referência extremamente úteis (Capecchi e Galli, 1969).

A observação das tabelas VI, VII, VIII e IX que apresentam os coeficientes da análise de correlação entre os votos nulos e as variáveis sócio-econômico-demográficas nos diversos níveis de mandato revela que a nível de deputado federal, estadual e senador, os votos nulos não apresentaram nenhuma associação significativa com as variáveis selecionadas, desde que a maioria dos valores obtidos está próxima de zero, poucos deles alcançando o nível considerado como significativo para fins de análise neste estudo. A falha destes fatores econômicos, sociais, demográficos em explicar satisfatoriamente o comportamento indica que algum outro fator interferiu na determinação do valor nulo provavelmente como já foi explicado anteriormente, o clientelismo. A nível de governador, no entanto, a análise de correlação apresentou alguns coeficientes significativos. O grupo de variáveis que apresentou uma correlação negativa acima do nível estabelecido como significativo para fins de análise, refere-se a uma parcela da população que apresenta melhores condições e está mais motivada para votar de forma válida, isto é, ou tem escolaridade mais alta, ou é a população mais amadurecida e, portanto, com maior experiência, ou ainda se refere à população feminina que por estar se iniciando no processo eleitoral, uma vez que só em 1959 é que o voto se tornou obrigatório para as mulheres que trabalham, tem um comportamento mais atuante. Em síntese, a população teoricamente mais preparada parece ter contribuído para que o

volume de votos nulos não fosse maior, provavelmente, porque as eleições executivas motivem mais o eleitorado, como já foi anteriormente analisado. Em contra-posição, porém, esta mesma associação revela que uma parte dos votos nulos foi gerada pela população menos preparada, que por desconhecimento mais preciso do processo eleitoral cometeu erros, acarretando assim a anulação de seus votos. A única variável que apresentou uma associação positiva significativa diz respeito aos eleitores recém-chegados ao Estado, revelando assim também que uma parcela dos votos nulos a nível de governador foram fruto de erros, neste caso, decorrentes da falta de conhecimento do quadro político do Estado.

TABELA VI

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO ENTRE OS VOTOS NULOS E AS VARIÁVEIS SÓCIO-ECONÔMICAS NAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR EM 1962 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CORRELAÇÕES NEGATIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População com 2º grau	- 0.39
População ativa feminina	- 0.39
População entre 20 a 24 anos de idade	- 0.35
População ativa total	- 0.34
População com nível superior	- 0.25
Mulheres com mais de 20 anos de idade	- 0.24
População entre 45 a 65 anos de idade	- 0.20
População entre 15 a 19 anos de idade	- 0.16
População com 1º grau	- 0.14
População com 66 ou mais anos de idade	- 0.10
População ocupada no terciário	- 0.06
Rendimento médio mensal	- 0.06
População ocupada no primário	- 0.05
População ocupada no secundário	- 0.00

CORRELAÇÕES POSITIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População com menos de 5 anos no Estado e mais de 20 anos de idade	0.42
População não católica	0.09
População entre 25 a 44 anos de idade	0.02

TABELA VII

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO ENTRE OS VOTOS NULOS E AS
VARIÁVEIS SÓCIO-ECONÔMICAS NAS ELEIÇÕES PARA SENADOR
EM 1962 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CORRELAÇÕES NEGATIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População ativa feminina	- 0.18
População entre 15 a 19 anos de idade	- 0.14
População com 2ª grau	- 0.07
População com 66 ou mais anos de idade	- 0.06
População com 1ª grau	- 0.05
População ativa total	- 0.04
População ocupada no terciário	- 0.03
População com nível superior	- 0.02
Mulheres com mais de 20 anos de idade	- 0.02
População ocupada no primário	- 0.00

CORRELAÇÕES POSITIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População com menos de 5 anos no Estado e mais de 20 anos de idade	0.26
População entre 45 a 65 anos de idade	0.08
População não católica	0.06
População entre 20 a 24 anos de idade	0.05
População entre 25 a 44 anos de idade	0.03
Rendimento médio mensal	0.01
População ocupada no terciário	0.00

TABELA VIII

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO ENTRE OS VOTOS NULOS E AS
VARIÁVEIS SÓCIO-ECONÔMICAS NAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO
FEDERAL EM 1962 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CORRELAÇÕES NEGATIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População ocupada no secundário	- 0.20
População com 1º grau	- 0.11
Rendimento médio mensal	- 0.11
População ocupada no terciário	- 0.08
População entre 25 a 44 anos de idade	- 0.07
População entre 15 a 19 anos de idade	- 0.06
População entre 20 a 24 anos de idade	- 0.06
Mulheres com mais de 20 anos de idade	- 0.04
População com menos de 5 anos no Estado e mais de 20 anos de idade	- 0.02
População com 2º grau	- 0.00

CORRELAÇÕES POSITIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População ocupada no primário	0.18
População ativa total	0.15
População não católica	0.13
População com 66 ou mais anos de idade	0.07
População ativa feminina	0.04
População com nível superior	0.03
População entre 45 a 65 anos de idade	0.03

TABELA IX

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO ENTRE OS VOTOS NULOS E AS VARIÁVEIS SÓCIO-ECONÔMICAS NAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO ESTADUAL EM 1962 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CORRELAÇÕES NEGATIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População entre 20 a 24 anos de idade	- 0.18
População ocupada no secundário	- 0.14
População com 1º grau	- 0.13
População com 2º grau	- 0.10
População entre 25 a 44 anos de idade	- 0.10
Rendimento médio mensal	- 0.09
População ativa total	- 0.09
Mulheres com mais de 20 anos de idade	- 0.06
População ativa feminina	- 0.05
População ocupada no terciário	- 0.05
População com nível superior	- 0.03

CORRELAÇÕES POSITIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População com 66 ou mais anos de idade	0.09
População ocupada no primário	0.07
População com menos de 5 anos no Estado e mais de 20 anos de idade	0.06
População não católica	0.05
População entre 45 a 65 anos de idade	0.02
População entre 15 a 19 anos de idade	0.02

Os resultados obtidos na análise de correlação entre os votos nulos e as variáveis sócio-econômico-demográficas em 1974 (Tabelas X, XI e XII) são bastante diferentes dos de 1962. O primeiro fato que se observa é que o grupo de variáveis que se associou positivamente e o grupo que se associou negativamente com os votos nulos é praticamente o mesmo em todos os níveis de mandato, o que revela que os determinantes dos votos nulos no pleito de 1974 não diferiram muito de um nível de mandato para o outro. Assim é que a variável que apresenta maior correlação negativa é a ligada à população nas atividades primárias, o que parece evidenciar a existência da prática do clientelismo ainda que de maneira tênue, como já foi explicado na justificativa do percentual de votos nulos em 1974. A outra variável que apresenta uma correlação negativa expressiva é relativa aos eleitores que votam pela primeira vez e que apesar da falta de experiência estão extremamente estimulados a participar do processo eleitoral.

Dentre as variáveis que apresentam coeficientes de correlação positivo com os votos nulos, destaca-se em primeiro lugar em todos os níveis de mandato a ligada aos recém-chegados ao Estado, evidenciando assim o desconhecimento do panorama político como determinante do voto nulo. As demais variáveis que apresentam uma correlação positiva estão relacionadas com o segmento da população que também tem maior conhecimento de causa ou por experiência ou por escolaridade ou por morar em centros urbanos onde a difusão de informações é maior, como os trabalhadores do secundário e do terciário e aqueles que têm melhor rendimento, portanto, condições de obter maior número de informações. Este tipo de correlação parece denunciar o componente causal de protesto do voto nulo em 1974, pois não se pode admitir que justo a parcela da população que está mais preparada é que tenha errado por acidente, desconhecimento ou inexperiência na hora de votar, acarretando a anulação de seu voto.

A análise das tabelas XIII, XIV, XV e XVI revela que a correlação dos votos brancos com as variáveis sócio-econômicas em 1962 apresenta um padrão de grupamento das correlações positivas e negativas no nível de deputado federal e estadual e outro padrão de grupamento no nível de senador e governador. Assim, constata-se que nas eleições proporcionais dois terços das variáveis apresentaram correlações positivas com os votos brancos, sendo que dois terços destas com coeficientes significativos. A investigação do tipo de variável que teve correlações positivas com os votos em branco revela que a variável que apresentou o coeficiente mais elevado foi a ligada aos recém-chegados ao Estado, denotando, assim, a presença do componente causal desconhecimento do voto em branco. As demais variáveis que apresentam coeficiente de correlação positiva representam a população com maior experiência pela faixa etária a que pertencem com maior escolaridade, com participação nas atividades de produção e serviços, com a recém-introduzida população feminina no processo eleitoral e

com a população de melhores rendimentos. Ora, o fato do segmento da população que tem menor probabilidade de votar em branco por acaso pelas condições que apresenta, ter sido justamente o responsável talvez pela maior parcela de votos em branco parece demonstrar que o núcleo desencadeador destes votos em branco foi, segundo o registrado pela literatura específica da época, o desinteresse, desânimo ou sentimento de impotência que se apossou da população diante do quadro político existente, levando-a a descer do voto como um instrumento efetivo de mudança.

TABELA X

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO ENTRE OS VOTOS NULOS E AS
VARIÁVEIS SÓCIO-ECONÔMICAS NAS ELEIÇÕES PARA SENADOR
EM 1974 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CORRELAÇÕES NEGATIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População ocupada no primário	- 0.58
População entre 15 a 19 anos de idade	- 0.43
População com 66 ou mais anos de idade	- 0.32
População ativa total	- 0.28
População com 2º grau	- 0.22
População entre 45 a 65 anos de idade	- 0.21
População ativa feminina	- 0.02
População com nível superior	- 0.00

CORRELAÇÕES POSITIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População com menos de 5 anos no Estado e mais de 20 anos de idade	0.63
População ocupada no secundário	0.50
População ocupada no terciário	0.43
População entre 25 a 44 anos de idade	0.41
População não católica	0.34
Rendimento médio mensal	0.31
População com 1º grau	0.30
População entre 20 a 24 anos de idade	0.28
Mulheres com mais de 20 anos de idade	0.11

TABELA XI

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO ENTRE OS VOTOS NULOS E AS VARIÁVEIS SÓCIO-ECONÔMICAS NAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO FEDERAL EM 1974 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CORRELAÇÕES NEGATIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População ocupada no primário	- 0.45
População entre 15 a 19 anos de idade	- 0.40
População ativa total	- 0.19
População entre 66 ou mais anos de idade	- 0.18
População entre 45 a 65 anos de idade	- 0.06
População com 2º grau	- 0.06

CORRELAÇÕES POSITIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População com menos de 5 anos no Estado e mais de 20 anos de idade	0.56
População entre 25 a 44 anos de idade	0.45
População com 1º grau	0.39
População ocupada no terciário	0.38
Rendimento médio mensal	0.36
População ocupada no secundário	0.35
Mulheres com mais de 20 anos de idade	0.23
População não católica	0.22
População entre 20 a 24 anos de idade	0.20
População com nível superior	0.15
População ativa feminina	0.00

TABELA XII

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO ENTRE OS VOTOS NULOS E AS VARIÁVEIS SÓCIO-ECONÔMICAS NAS ELEIÇÕES PARA DUPUTADO ESTADUAL EM 1974 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CORRELAÇÕES NEGATIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População ocupada no primário	- 0.43
População entre 15 a 19 anos de idade	- 0.38
População ativa total	- 0.23
População com 66 ou mais anos de idade	- 0.16
População com 2º grau	- 0.12
População entre 45 a 65 anos de idade	- 0.05
População ativa feminina	- 0.03

CORRELAÇÕES POSITIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População com menos de 5 anos no Estado e mais de 20 anos de idade	0.53
População entre 25 a 44 anos de idade	0.41
População ocupada no secundário	0.35
População com 1º grau	0.32
População ocupada no terciário	0.32
Rendimento médio mensal	0.31
População não católica	0.20
Mulheres com mais de 20 anos de idade	0.18
População entre 20 a 24 anos de idade	0.11
População com nível superior	0.11

TABELA XIII

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO ENTRE OS VOTOS BRANCOS E AS
VARIÁVEIS SÓCIO-ECONÔMICAS NAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR
EM 1962 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CORRELAÇÕES NEGATIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
Mulheres com mais de 20 anos de idade	- 0.41
População com 2º grau	- 0.36
População com 1º grau	- 0.35
População com nível superior	- 0.35
População ocupada no terciário	- 0.35
Rendimento médio mensal	- 0.34
População entre 25 a 44 anos de idade	- 0.27
População ativa feminina	- 0.27
População entre 20 a 24 anos de idade	- 0.26
População ocupada no secundário	- 0.20
População entre 45 a 65 anos de idade	- 0.18
População com menos de 5 anos no Estado e mais de 20 anos de idade	- 0.02
População ativa total	- 0.01

CORRELAÇÕES POSITIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População ocupada no primário	0.31
População entre 15 a 19 anos de idade	0.10
População não católica	0.02
População com 66 ou mais anos de idade	0.00

TABELA XIV

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO ENTRE OS VOTOS BRANCOS E AS
VARIÁVEIS SÓCIO-ECONÔMICAS NAS ELEIÇÕES PARA SENADOR
EM 1962 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CORRELAÇÕES NEGATIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População com nível superior	- 0.38
População com 1º grau	- 0.38
Rendimento médio mensal	- 0.37
População ocupada no terciário	- 0.29
População ocupada no secundário	- 0.29
Mulheres com mais de 20 anos de idade	- 0.28
População com 2º grau	- 0.26
População ativa feminina	- 0.22
População entre 25 a 44 anos de idade	- 0.21
População entre 20 a 24 anos de idade	- 0.20
População entre 45 a 65 anos de idade	- 0.16
População com 66 ou mais anos de idade	- 0.10
População com menos de 5 anos no Estado e mais de 20 anos de idade	- 0.05

CORRELAÇÕES POSITIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População ocupada no primário	0.33
População ativa total	0.06
População entre 15 a 19 anos de idade	0.03
População não católica	0.03

TABELA XV

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO ENTRE OS VOTOS BRANCOS E AS
VARIÁVEIS SÓCIO-ECONÔMICAS NAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO
FEDERAL EM 1962 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CORRELAÇÕES NEGATIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População ocupada no primário	- 0.52
População entre 15 a 19 anos de idade	- 0.32
População ativa total	- 0.22
População com 66 ou mais anos de idade	- 0.21
População entre 45 a 65 anos de idade	- 0.12

CORRELAÇÕES POSITIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População com menos de 5 anos no Estado e mais de 20 anos de idade	0.59
População ocupada no terciário	0.49
Rendimento médio mensal	0.49
População entre 25 a 44 anos de idade	0.47
População com 1º grau	0.40
População ocupada no secundário	0.35
Mulheres com mais de 20 anos de idade	0.28
População com nível superior	0.25
População com 2º grau	0.17
População não católica	0.17
População ativa feminina	0.12
População entre 25 a 44 anos de idade	0.10

TABELA XVI

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO ENTRE OS VOTOS BRANCOS E AS VARIÁVEIS SÓCIO-ECONÔMICAS NAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO ESTADUAL EM 1962 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CORRELAÇÕES NEGATIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População ocupada no primário	- 0.57
População entre 15 a 19 anos de idade	- 0.45
População com 66 ou mais anos de idade	- 0.27
População entre 45 a 65 anos de idade	- 0.22
População ativa total	- 0.15

CORRELAÇÕES POSITIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População com menos de 5 anos no Estado e mais de 20 anos de idade	0.71
População entre 25 a 44 anos de idade	0.56
Rendimento médio mensal	0.56
População ocupada no terciário	0.54
População com 1º grau	0.51
População ocupada no secundário	0.42
Mulheres com mais de 20 anos de idade	0.34
População com nível superior	0.28
População não católica	0.24
População ativa feminina	0.21
População com 2º grau	0.18
População entre 20 a 24 anos de idade	0.13

Os coeficientes de correlação negativos que surgiram a nível de deputado federal e estadual por sua vez denotam de um lado, pela associação significativa da variável ligada à população ocupada no primário, a presença da prática clientelista, já identificada e analisada em parte anterior deste trabalho. A outra variável que apresenta uma associação negativa de alguma significância com os votos em branco foi a referente aos novos eleitores e cuja a excitação de votar pela primeira vez os leva a evitar o voto em branco. Nas eleições majoritárias, o padrão de grupamento das variáveis com associação positiva e negativa é praticamente o oposto, quase o inverso. Assim é que das dezessete variáveis utilizadas na análise, treze apresentaram correlações negativas com os votos em branco, enquanto somente quatro apresentaram correlações positivas. As variáveis que surgiram com correlações negativas dizem respeito na sua maioria à população mais informada pelas mais diversas razões, o que indica que este segmento da população contribuiu para que o volume de votos brancos não fosse muito alto. Em contra-posição, porém, é possível supor-se que a maior parcela de votos em branco nas eleições majoritárias de 1962 foram originadas pela população menos preparada, em outras palavras, foi consequência de erros involuntários. Das variáveis que apresentaram associações positivas, somente uma se destaca pelo coeficiente apresentado, a que se refere ao efetivo de pessoas ocupadas no primário. Este facto talvez demonstre o efeito mais reduzido que a prática do clientelismo tem nas eleições majoritárias, onde os candidatos necessitam de votos em todo o Estado.

Nas eleições de 1974 (Tabelas XVII, XVIII e XIX), o padrão de grupamento das correlações positivas e negativas com os votos em branco é praticamente o mesmo, tanto nas eleições proporcionais, como nas majoritárias, razão pela qual a análise e interpretação destes grupamentos pode ser o mesmo para todos os níveis de mandato. A identificação das variáveis que se associaram positivamente e das que se associaram negativamente com os votos brancos revela que parte da população teoricamente mais preparada contribuiu para a minimização do volume dos votos em branco, pois o grupo de variáveis que a representa apresentou associações negativas, ou seja, quanto maior o efetivo destes segmentos da população, menor o percentual de votos em branco. Em contra-posição, porém, isto também indica uma associação positiva do segmento populacional menos preparado, o que evidencia que uma parte dos votos em branco foram produzidos por comportamento involuntário ou esquecimentos ocasionais. Um outro grupo de variáveis que representa uma outra parcela da população teoricamente mais preparada, porém, apresentou uma correlação positiva com os votos em branco, indicando assim que esta parcela de votos em branco foi fruto de um comportamento intencional, provavelmente de protesto contra o sistema político que não satisfazia. Finalmente, o componente causal do conhecimento do voto em branco também aparece nos resultados da análise através da correlação positiva dos votos brancos com a população recém-chegada ao Estado.

TABELA XVII

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO ENTRE OS VOTOS BRANCOS E AS
VARIÁVEIS SÓCIO-ECONÔMICAS NAS ELEIÇÕES PARA SENADOR
EM 1974 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CORRELAÇÕES NEGATIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População com 2º grau	- 0.34
População entre 15 a 19 anos de idade	- 0.28
População entre 45 a 65 anos de idade	- 0.23
População ocupada no primário	- 0.21
População com nível superior	- 0.20
População ativa total	- 0.18
População ativa feminina	- 0.17
População com 66 ou mais anos de idade	- 0.16
Mulheres com mais de 20 anos de idade	- 0.13
População com 1º grau	- 0.10
Rendimento médio mensal	- 0.03

CORRELAÇÕES POSITIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População com menos de 5 anos no Estado e mais de 20 anos de idade	0.35
População ocupada no secundário	0.21
População não católica	0.18
População ocupada no terciário	0.11
População entre 25 a 44 anos de idade	0.09
População entre 20 a 24 anos de idade	0.06

TABELA XVIII

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO ENTRE OS VOTOS BRANCOS E AS
VARIÁVEIS SÓCIO-ECONÔMICAS NAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO
FEDERAL EM 1974 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CORRELAÇÕES NEGATIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População entre 15 a 19 anos de idade	- 0.32
População com 2º grau	- 0.30
População ocupada no primário	- 0.20
População entre 45 a 65 anos de idade	- 0.19
População ativa feminina	- 0.19
População ativa total	- 0.18
Mulheres com mais de 20 anos de idade	- 0.18
População com nível superior	- 0.14
População com 1º grau	- 0.04
População com 66 ou mais anos de idade	- 0.02

CORRELAÇÕES POSITIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População ocupada no secundário	0.22
População não católica	0.21
População com menos de 5 anos no Estado e mais de 20 anos de idade	0.20
População entre 20 a 24 anos de idade	0.16
População ocupada no terciário	0.08
População entre 25 a 44 anos de idade	0.03
Rendimento médio mensal	0.02

TABELA XIX

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO ENTRE OS VOTOS BRANCOS E AS VARIÁVEIS SÓCIO-ECONÔMICAS NAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO ESTADUAL EM 1974 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CORRELAÇÕES NEGATIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População com 2º grau	- 0.34
População entre 15 a 19 anos de idade	- 0.29
População ativa total	- 0.29
População ocupada no primário	- 0.25
População ativa feminina	- 0.21
População entre 45 a 65 anos de idade	- 0.15
Mulheres com mais de 20 anos de idade	- 0.13
População com nível superior	- 0.13
População com 66 ou mais anos de idade	- 0.06

CORRELAÇÕES POSITIVAS

VARIÁVEIS	VALORES DE "R"
População com menos de 5 anos no Estado e mais de 20 anos de idade	0.33
População não católica	0.28
População ocupada no secundário	0.24
População ocupada no terciário	0.10
População entre 25 a 44 anos de idade	0.06
Rendimento médio mensal	0.03
População com 1º grau	0.02
População entre 20 a 24 anos de idade	0.01

CS VOTOS NULOS E BRANCOS E OS VOTOS PARTIDÁRIOS

Os resultados obtidos na análise de correlação entre os votos nulos e brancos e os votos partidários revelou que regra geral houve uma tendência nas eleições de 1962 para os partidos tradicionais e clientelistas (PDS, UDN, PTB e eventuais coligados) de apresentar uma associação negativa, ainda que pouco expressiva com a ocorrência dos votos inválidos. Na verdade, o perfil mais definido destes partidos, aliados algumas vezes em determinados níveis das eleições a certas práticas clientelistas tende a reduzir o número de votos brancos e nulos, pois diminui a margem de dúvidas e incertezas dos eleitores. Por outro lado, os partidos regionais e estaduais (PDC, PTN, PL, PR, PSP, PRP e outros) tendem a apresentar uma associação positiva, ainda que também pouco significativa com os votos nulos e brancos. Em outras palavras, nas áreas onde estes partidos conseguem obter maior número de votos, a ocorrência de votos nulos e brancos é maior também. Na verdade, as áreas onde estes pequenos novos partidos obtêm uma maior margem de votos são as áreas onde o segmento insatisfeito do eleitorado dos partidos tradicionais está procurando outras alternativas, que tanto pode ser o apoio a estes pequenos partidos estaduais ou regionais, como anular ou deixar o seu voto em branco, razão pela qual nos municípios onde estes partidos obtêm maior número de votos ocorre também um maior volume de votos brancos e nulos.

Em 1974, no entanto, o quadro de associações dos votos nulos e brancos com os votos partidários é bem diferente. No que diz respeito aos votos nulos, a ARENA aparece significativamente associada de forma negativa com os votos nulos, ou seja, nas áreas de influência deste partido o voto nulo é reduzido. Isto significa que o eleitorado dos municípios onde a ARENA tem maior percentual de votos é mais coeso e fiel. Por sua vez, a associação positiva ainda que pouco expressiva com os votos nulos que o MDB apresenta parece ser mais uma evidência da presença de um comportamento de protesto. Assim, os municípios que são redutos da oposição, a maior parcela do eleitorado dá o seu voto ao MDB, mas uma pequena parte prefere anular o voto como expressão de sua insatisfação.

Quanto aos votos em branco, observa-se que há uma pequena correlação negativa destes votos com a votação da ARENA em todos os níveis de eleição, a qual se pode atribuir a mesma interpretação dada à correlação com os votos nulos. Já as indicações para o MDB não apresentam nenhuma associação significativa com este tipo de voto. Em outros termos, nos municípios onde a ARENA obtêm maior número de votos, há uma ligeira tendência para um menor número de votos brancos. No caso do MDB, tudo leva a crer que o menor ou maior número de votos em branco nada tem a ver com a atuação deste partido.

No que diz respeito a correlação entre os votos nulos e os brancos propriamente dito, em 1962, constata-se da análise dos coeficien-

tes obtidos que o nível de deputado federal ($R=-.450$) e deputado estadual ($R=-.220$) quando um aumenta, o outro diminui. A nível de governador, porém, a correlação é positiva ($R=+.340$), isto é quando os votos nulos aumentam, os brancos também aumentam. A nível de senador, não há nenhuma correlação significativa entre os dois tipos de voto.

Nas eleições de 1974, no entanto, observa-se que os dois tipos de votos inválidos estão sempre diretamente associados, ainda que com intensidades diferentes, pois a nível de senador, o coeficiente de correlação é de $R=+.710$, a nível de deputado federal é de $R=+.300$ e a nível de deputado estadual $R=.580$. Esta diferença de comportamento do voto branco e nulo nos dois partidos eleitorais parece mostrar que, apesar dos componentes causais de ambos os tipos de votos serem semelhantes a proporção de participação de cada componente na causação de cada um destes votos inválidos varia de um cargo para o outro e de uma eleição para a outra, o que evidencia que o eleitor tem um juízo de valor bem definido sobre cada posto em jogo e sobre o momento político de cada eleição, sabendo discernir claramente no caso de julgar que não compensa colocar um voto válido, quando convém anular o voto e quando convém deixá-lo em branco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que este trabalho é um resultado parcial de um estudo mais amplo sobre comportamento eleitoral no Estado do Rio de Janeiro é de se compreender que não se possa apresentar ainda conclusões exaustivas sobre o problema. Em decorrência enunciaremos apenas algumas constatações parciais obtidas através do desenvolvimento deste estudo.

A primeira constatação que emergiu durante a investigação do problema foi de que um só componente causal não explica a ocorrência de votos brancos e votos nulos. Uma abordagem mais satisfatória tem que levar em conta a existência de vários fatores causais, sendo que o peso ou a importância de cada um varia de um nível de cargo em jogo para outro, de um momento histórico para outro e de um lugar para outro, de acordo com os diversos contextos regionais. Pretender atribuir aos votos nulos e brancos alguma causa única, afirmando que eles expressam uma apreciação crítica a respeito da conduta política e mesmo parlamentar dos partidos como se um julgamento deste tipo não exigisse um estoque de memórias e informações sensivelmente superior aquele que se acha atualmente ao alcance do eleitor comum (Lamounier, 1980) é perigoso ou no mínimo imprudente.

A segunda constatação que merece referência é de que a variação do volume de votos brancos e nulos de um período para o outro parece mostrar que os eleitores tem um juízo de valor bem delineado sobre cada momento eleitoral que estão vivendo e sobre cada posto, pois os componentes causais desinteresse ou protesto aparecem mais em determinado momento e postos do que em outros.

A partir da constatação acima mencionada, pode-se afirmar também que o voto em branco e o nulo podem ser uma forma de abstenção racional especialmente num sistema eleitoral onde o voto é compulsório.

Finalmente, os resultados da investigação realizada parecem evidenciar o declínio nítido da influência da política tradicional de clientela e o crescente sentido ideológico da política e das eleições brasileiras.

É necessário, no entanto, ressaltar-se que todas estas constatações foram feitas a partir de uma conexão precária entre dados agregados e noções sobre a racionalidade do eleitor. Este fato, no entanto, não invalida estas afirmações, uma vez que não foi nosso objetivo investigar sobre o comportamento individual do eleitor, mas antes utilizar os resultados das pesquisas de "survey" para explicar o significado de um fenômeno agregado (Milton, 1978). Como afirma Tufte (1975), "a evidência agregada espelha só indiretamente as principais questões políticas ligadas a racionalidade do eleitor individual".

NOTAS

- (1) Regra geral é considerado voto nulo todo o voto que contiver rasuras que o tornem ilegível, inscrições esdrúxulas, indicações fora dos padrões estabelecidos para aquela eleição. Por sua vez o voto branco é aquele voto em que o local que deveria conter a indicação fica vazio ou em branco.
- (2) Segundo Simon (1964) "num amplo sentido, a racionalidade denota um estilo de comportamento (a) que é apropriado para atingir-se um certo objetivo, (b) dentro dos limites impostos por certas condições e constraints" (pg. 573). Dahl e Lindblom ratificam o conceito de Simon quando afirmam que "uma ação é racional na medida que ela é corretamente elaborada para maximizar o alcance de um objetivo, tendo em vista o objetivo em questão e o mundo real como ele existe" (pg. 38). Assim sendo este foi o sentido de racionalidade adotado neste trabalho.
- (3) Dois tipos de cédulas eleitorais tem sido utilizadas nas eleições brasileiras a partir de 1950. O primeiro tipo é a cédula individual que é fornecida pelos candidatos ou partidos e que se constitui num pequeno retângulo de papel de cor branca, com a designação da eleição, da legenda do partido e o nome ou número de registro do candidato impressos. Assim para cada posto em jogo na eleição o eleitor tem que votar com uma cédula destas, colocando-as todas depois dentro de um mesmo envelope, fornecido pela mesa receptadora, que deve ser introduzido na urna. O segundo tipo é a cédula única ou oficial que é fornecida pelo Tribunal Eleitoral. Nesta cédula os nomes dos candidatos das eleições majoritárias, senador, governador e prefeito já vem impres-

sos, sendo somente necessário colocar um sinal no quadrilátero ao lado do nome de preferência do eleitor. Nas eleições de deputado federal e estadual, no entanto, pelo número excessivo de candidatos, os nomes não vem impressos, havendo necessidade do eleitor escrever o nome ou o número de registro, ou ainda a legenda no caso de haver na eleição em questão voto de legenda.

Na eleição de 1962 a cédula única-oficial no Estado do Rio de Janeiro só foi utilizada para as eleições majoritárias enquanto que para as eleições proporcionais foram utilizadas as cédulas individuais. Em outros termos o eleitor tinha que assinalar o quadrilátero do governador e do senador de sua preferência e selecionar uma cédula de deputado federal e outra de deputado estadual colocando-as num envelope a ser introduzido na urna. Já em 1974 utilizou-se a cédula única para a eleição de todos os cargos. Assim o eleitor recebia a cédula da mesma receptadora, entrava na cabine e então assinalava no quadrilátero o senador de sua preferência e depois escrevia nos lugares apropriados da mesma cédula o nome, número ou legenda de um deputado estadual e de um deputado federal.

- (4) "Abertura" é o termo popular dado ao processo de liberalização política que se iniciou no país a partir de 1974.
- (5) Para um conjunto de 60 unidades de análise o coeficiente de correlação só tem significância, no caso de ser uma amostra e para um nível de probabilidade do acerto de 95% (Distribuição "t" de Student) com valores acima de $R=200$. Como a análise foi desenvolvida com o universo todo, este nível da significância é mais aceitável ainda.
- (6) Nos mapas relativos as eleições de 1962 e 1974 no Estado do Rio de Janeiro adotaram-se classes de variação do percentual de votos nulos e brancos com os seguintes limites: a primeira compreendendo os percentuais com 50% acima da média estadual; a segunda com percentuais entre 50% e 5% acima da média estadual; a terceira com percentuais entre 5% acima da média até 5% abaixo da média estadual; a quarta com percentuais de 5% a 50% abaixo da média estadual e a quinta com percentuais com mais de 50% abaixo da média estadual.

BIBLIOGRAFIA

- AHN, Kenneth Kunil - Mobilization and participation in elections: a study of Korean voting behavior - Tese de Ph.D. Georgia: Universidade de Georgia - 1975.
- ARCELUS, Francisco J. - Effects of aggregate economic variables on congressional elections - Tese de Ph.D. - Pittsburgh: Carnegie Mellon University - 1976.

- BILLET, Jean - "L'expression politique en Gresivaudan et son interprétation géographique" em Revue de Geographie Alpine, vol. 46, Part "1" - pp. 97-128 - 1958.
- BONAR, Clyde Albert - Voting turnout in presidential elections: a causal model. Tese de Ph.D. - Washington: George Washington University - 1980.
- BUENO, Cunha - "Discurso sobre o uso da cédula única nas eleições de 1962" em Boletim Eleitoral do T.S.E., nº 135 - pp. 106-107 - 1962.
- CAMPBELL, Agnus et al. - The voter decides - Evaston: Row Peterson and Company - 1954.
- COX, Kevin R. - Social relational analysis as a behavioral model in geographical research. Apostila - Columbus. Ohio State University - 1966.
- DAHL, R.A. e LINDBLOM, C.E. - Politics, Economics and Welfare Planning and Politic Economic Systems Resolved Into Basic Social Processes. New York: Harper and Row - 1963.
- DE CEW, Judson Marshall, Jr. - Political experience and electoral behavior in Brazil: Rio Grande do Sul, 1950-1974 - Tese de Ph.D. Connecticut: Universidade de Connecticut - 1977.
- DINIZ, Eli - Voto e máquina política - patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio: Ed. Paz e Terra - 1982.
- DOWNS, Anthony - An Economic Theory of democracy - New York: Harper and Brothers - 1957.
- FARIAS, Wilmar - "As eleições de 1974 no Estado de São Paulo: uma análise das variações inter-regionais" em Os Partidos e As Eleições no Brasil - org. por B. Lamounier e F.H. Cardoso. Rio: Ed. Paz e Terra - 1975.
- FERREIRA, Oliveira S. - "Comportamento eleitoral em São Paulo" em R.B.E.P., nº 8 - 1960.
- FERREIRA, Oliveira S. - "A crise do poder do sistema e as eleições paulistas de 1962" em R.B.E.P., nº 16 - 1964.
- GASPAR, J. e VITORINO, N. - As eleições de 25 de abril - geografia e imagem dos partidos - Lisboa: Ed. Livros Horizonte.
- GASPAR, J. - "L'Abstention electorale au Portugal - 1975-1980". Trabalho apresentado no Convegno Internazionale, Sull'Astensionismo Elettorale - Pavia: Universidade de Pavia - 7-9 janeiro de 1982.
- GOBLET, M. - Political geography and the world map. Londres - 1955.
- HARTSHORNE, Richard - "The functional approach in political geography" em Annals, Association of American Geographers, vol. 40 - junho de 1950.

- JAGUARIBE, Hélio - "Política de clientela e política ideológica - ensaio de interpretação da situação brasileira" em Digesto Econômico, nº 68 - julho de 1950.
- JAGUARIBE, Hélio - "As eleições de 1962" em Tempo Brasileiro, nº 2 - dezembro de 1962.
- KEY, V.O. e CROUCH, W.W. - The initiative and referendum in California. Berkley: University of California Press - 1939.
- KREBHEIL, E. - "Geographic influences in british elections" em Geographical Review, vol. 2 - pp. 419-32 - março de 1916.
- LAMOUNIER, Bolivar - "Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente" em Os Partidos e As Eleições no Brasil - org. por Lamounier, B. e Cardoso, F.H. - Rio: Ed. Paz e Terra - 1975.
- LAMOUNIER, Bolivar - Voto de desconfiança - eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979 - São Paulo: Ed. Vozes
- LIPSET, Seymour Martin - Political Man - Garden City, New York: Anchor Books - 1963.
- MARINHO, Josaphal - "Sufrágio e voto" em Revista de Informação Legislativa - junho de 1966.
- MILLBRAITH, Lester - Political Participation - Chicago: Rand McNally and Co. - 1965.
- MILTON, Sande Douglas - The blank vote in the american political system. Tese de Ph.D. - New York: Universidade de Cornell.
- PLATLER, James Francis, Jr. - Correlates of political participation and electoral choice in Chile: 1964-1970. Tese de Ph.D. - New York: Universidade de Syracuse - 1976.
- PRESCOTT, J.R.V. - "The function and methods of electoral geography" em Annals, Association of American Geographers, vol. 49, nº 3 - setembro de 1959.
- RIOS, José Arthur - "Análise dos dados eleitorais" em Comportamento Eleitoral no Brasil. Ed. por Cavalcanti, T. e Dubuir, R. - Rio: Instituto de Direito Público e Ciência Política - F.G.V. - julho de 1964.
- SANTOS, Ruy - "A eleição de 1974" em Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 43 - julho de 1976.
- SIMON, H.A. - "Rationality" em A Dictionary of Social Sciences - ed. por Gould, J. e Kolb, N.L. - 1964.
- SIMÃO, Aziz - "O voto operário em São Paulo" em Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 1 - 1956.
- SOUZA, M.C.C. de - Estado e Partidos Políticos no Brasil - 1930-1964. São Paulo: Ed. Alfa Omega.

- STIEFBOLD, Rodney P. - "The significance of void ballots in the western german elections" em American Political Science Review n° 59 - pp. 391-407 - junho de 1965.
- TINGSTEN, Herbert - Political Behavior: studies in elections statistics - Totowa, New Jersey - Bedminister Press - 1963.
- TUFTE, Edward R. - "Determinants of the outcomes of midterms congressional elections" em American Political Science Review, n° 69 - pp. 812-826 - setembro de 1975.
- WALKER, Jack L. - "Ballot forms and voter fatigue: an analysis of the office bloc and party column ballots" em Midwest Journal of Political Science, n° 10 - pp. 448-463 - novembro de 1966.